

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE**

**PENSAR ALÉM DO PIB: MENSURAÇÃO DA FELICIDADE NO MUNICÍPIO DE
LORENA/SP (2014)**

ALBERTO LUIZ BARBOZA NETO

Itajubá, junho de 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE**

**PENSAR ALÉM DO PIB: MENSURAÇÃO DA FELICIDADE NO MUNICÍPIO DE
LORENA/SP (2014)**

ALBERTO LUIZ BARBOZA NETO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade.

Área de concentração: Desenvolvimento e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Fontelas Rosado Gambi.

**Junho de 2015
Itajubá - MG**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE

ALBERTO LUIZ BARBOZA NETO

PENSAR ALÉM DO PIB: A MENSURAÇÃO DA FELICIDADE NO MUNICÍPIO DE
LORENA/SP (2014)

Dissertação de Mestrado aprovada por banca examinadora em 16 de Junho de 2015, conferindo ao autor o título de Mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Thiago Fontelas Rosado Gambi

Prof. Dr. Lincoln Thadeu Gouvêa. de Frias

Prof. Dr. Carlos Alberto Máximo Pimenta

Itajubá 2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de forma direta ou indireta contribuíram com a elaboração desta dissertação. A ajuda de amigos é algo indispensável em nossas conquistas. A realização desta pesquisa seria impossível sem o apoio das pessoas que sempre estiveram ao meu lado, acreditando em meu potencial e me animando quando me sentia sem sentido.

Agradeço aos membros do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade pelos ensinamentos, concretizações, realizações e pelos “puxões de orelha” que fizeram com que minha dissertação tivesse mais peso e significado para a sociedade. Agradeço por todo o conhecimento compartilhado e todos os momentos ricos de convivência.

Agradeço de forma especial ao meu orientador Professor Doutor Thiago Gambi. Obrigado por me orientar nos momentos em que me senti mais que desorientado. Agradeço por partilhar comigo seus conhecimentos. Sua paciência, respeito e acolhimento foram essenciais para o término desta dissertação. A professora Sylvia Nunes que participou de todas as bancas e contribuiu muito com seus apontamentos sempre muito bem aproveitados.

À família Calderaro e à Família Prado pela paciência em me “aguentar” nos momentos de crises teóricas! Agradeço imensamente pelo amor concedido, pela presença carinhosa e pelo fato de serem sinceros comigo!

Aos meus amigos do Mestrado, que fizeram meu caminho mais divertido e mais simples do que parecia ser. Em especial Márcia, Soraya, Cláudia, Beth e Thaís. Sem vocês a caminhada não seria a mesma!

Aos meus amigos de trabalho que compartilharam comigo momentos de “Felicidade” e momentos de tristeza. Aos do LabGeo-ITA, Amanda, Thiago, Denise, Ana. Em especial ao Vitor Zanetti que foi um grande colaborador no processo de análise dos dados da pesquisa de campo. Ao Professor Dr. Wilson Cabral que acreditou em meu trabalho e em minha pesquisa, vocês são especiais!

“O êxito da vida não se mede pelo caminho
que você conquistou, mas sim pelas
dificuldades que superou no caminho.”
(Abraham Lincoln)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Os 9 pilares e as 32 variáveis do FIB	55
Quadro 2: Os 72 indicadores que constituem o FIB.....	56
Quadro 3: Distribuição da escla de Felicidade no mundo segundo Gallup (2012)	68
Quadro 4: Indicadores de felicidade e suas origens	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição da amostra por sexo em Lorena/SP.....	78
Tabela 2: Distribuição da amostra por idade em Lorena/SP	78
Tabela 3: Distribuição da amostra por escolaridade em Lorena/SP	79
Tabela 4: Valores de FIB total e por classe, e seus estatísticos de Lorena/SP	79
Tabela 5: Valores do FIB por pilar, para toda a amostra e para cada classe de Lorena/SP	79
Tabela 6: Distribuição da amostra por sexo em Cruzeiro/SP	92
Tabela 7: Distribuição etária na amostra em Cruzeiro/SP	92
Tabela 8: Distribuição do nível de escolaridade na amostra em Cruzeiro/SP	93
Tabela 9: Valores do FIB por pilar, para toda a amostra e para cada classe de Cruzeiro/SP ...	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CES - *Centre for environmental Strategy*

EUA - Estados Unidos da América

EVI - *Environmental Vulnerability Index*

FIB – Felicidade Interna Bruta

GPI - *Genuine Progress Indicator*

HPI - *The Happy Planet Index*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística

ICBE – Índice Canadense de Bem-estar

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDRC - *International Research Centre*

IEWB - *O Index of Economic Well-Being*

ISEW - *Index of Sustainable Economic Welfare*

IUCN - *World Conservation Union*

NEF - *New Economics Foundation*

OCDE – Organização para cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

SOPAC - Comissão de Geociência aplicada do Pacífico Sul

RESUMO

BARBOZA NETO, A. L. **Pensar além do PIB: mensuração da felicidade no município de Lorena/SP (2014)**. 2015. Dissertação Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade. Universidade Federal de Itajubá - Unifei. Itajubá/MG.

Este trabalho propõe uma reflexão sobre a complexa relação entre desenvolvimento e felicidade. A princípio, seria lógico e coerente pensar que haveria uma alta correlação, quase uma identificação, entre as duas coisas. Coletividades desenvolvidas do ponto de vista econômico e social seriam mais felizes do que as menos desenvolvidas. A pesquisa procura discutir teoricamente e avaliar empiricamente se os resultados de indicadores de desenvolvimento baseados na riqueza material e no avanço social, como o Produto Interno Bruto- (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano - (IDH), seriam coerentes com os resultados de um indicador de felicidade, como a Felicidade Interna Bruta - (FIB). Parte-se para essa discussão com a hipótese de que o avanço da riqueza material e das condições sociais não se traduz imediatamente em felicidade. Isso revelaria a necessidade de se considerar indicadores que vão além do PIB na formulação de políticas públicas. Diante disso, os objetivos da pesquisa são: 1) discutir criticamente os indicadores de desenvolvimento; 2) apresentar o FIB como indicador de felicidade e, finalmente, 3) compreender a hipótese de partida com a análise deste indicador para bairros selecionados da cidade de Lorena/SP. Argumenta-se que o FIB pode ser um indicador interessante para complementar o IDH e o PIB. Para isso o mesmo foi aplicado na cidade de Lorena/SP através de questionários estruturados, a fim de captar elementos das vidas das pessoas que ficam de fora nos indicadores tradicionais, os mais utilizados por governos na formulação de políticas públicas. Por fim, o percurso realizado neste trabalho mostra que as discussões sobre o FIB ainda são bastante embrionárias e que precisam ser aprofundadas. Logo, o FIB é um indicador importante e complementar ao PIB e ao IDH, porque capta informações não consideradas por esses dois indicadores.

Palavras-chave: Felicidade Interna Bruta, Produto Interno Bruto, Índice de Desenvolvimento Humano.

ABSTRACT

BARBOZA NETO, A. L. **Tink beyond GDP: measuring the happiness the municipality of Lorena/SP (2014)**. 2015. Dissertation Master in Development, Technology and Society. Federal University of Itajubá - Unifei. Itajubá/MG.

This dissertation proposes a reflection about the complex relationship between development and happiness. At first, it would be logical and coherent to think that there would be a high correlation, almost identification between the two. Communities developed on the economic and social point of view would be happier than the less developed. The research discusses theoretically and evaluates empirically, whether the results of development indicators based on material wealth and social progress, as Gross Domestic Product (GDP) and the Human Development Index - (HDI), would be consistent with the a happiness indicator, such as Gross National Happiness - (GNH). This discussion begins with the assumption that the advancement of material wealth and social conditions does not translate immediately into happiness. This would reveal the need to consider in policy-making indicators that go beyond GDP. Therefore, the research objectives are: 1) to critically discuss the indicators of development; 2) to present the FIB as a happiness indicator and, finally, 3) to check the initial hypothesis to the analysis of this indicator for selected neighborhoods of Lorena / SP. It is argued that the FIB can be an interesting indicator to complement the HDI and the GDP. In view of this it has been applied in Lorena/SP through structured questionnaires in order to capture elements of people's lives that fall outside the traditional indicators, the most widely used by governments in the formulation of public policies. Finally, the journey undertaken in this work shows that discussions about the FIB are still quite embryonic and need to be deepened. Thus, the FIB is an important indicator and complementary to GDP and HDI, because it captures information not considered by these two indicators.

Keywords: Gross National Happiness, Gross Domestic Product, Human Development Index

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
Capítulo I: Desenvolvimento: conceitos e indicadores	19
1.1 Desenvolvimento em perspectiva histórica	20
1.2 Indicadores econômicos e indicadores sociais.....	28
Capítulo II: Felicidade interna bruta.....	41
2.1 Felicidade.....	41
2.2 Origem e características do FIB	47
2.3 Estudo do caso Butão.....	64
2.4 Outros indicadores de felicidade	66
Capítulo III: PIB x IDH: evidência empírica a partir do caso de Lorena/SP	76
3.1 Organização do Instrumental de Pesquisa	76
3.2 O levantamento de dados.....	76
3.3 Pré-teste dos instrumentos	77
3.4 Resultados da pesquisa em Lorena/SP	78
Considerações Finais	83
Referências	85
Anexo A.....	89
Anexo B.....	90
Anexo C	96
Anexo D.....	97
Anexo E	98
Anexo F	99
Anexo G.....	100

INTRODUÇÃO

A mensuração de fenômenos sociais e econômicos é feita por indicadores. Segundo Herculano (2000) os indicadores auxiliam na comparação, entendimento e estudo de objetos de ordem qualitativa ou quantitativa. Os indicadores econômicos são obtidos através de dados tabulados que são capazes de oferecer uma ideia do andamento de uma determinada economia (SANDRONI, 1999). No entanto, por sua complexidade, um dos desafios dos economistas consiste na mensuração do desenvolvimento.

Para compreender a temática em questão, é necessário analisar as divergências entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico no decorrer da história. Segundo Arndt (1981), economistas como Adam Smith não falavam de desenvolvimento econômico, mas sim de progresso como aumento da opulência ou da riqueza das nações.¹ Progresso material foi a expressão comumente usada por economistas de Smith até a Segunda Guerra Mundial quando se referiam ao que hoje o Ocidente chama de desenvolvimento econômico. Sendo assim, o termo desenvolvimento foi atrelado à exploração eficiente de recursos para promover o crescimento de determinada região. De maneira geral, o desenvolvimento antes da Segunda Guerra foi denotado como um movimento exploratório de recursos, isto é, era um desenvolvimento de recursos e não de pessoas.

Durante todo o período entre a I Guerra Mundial e a II Guerra Mundial o termo desenvolvimento econômico, quando usado na literatura, continuou a ser denotado como exploração de recursos naturais. Na década de 1940, a identificação entre progresso material e desenvolvimento econômico começa a ser questionada e a preocupação com o social passa a ser considerada no debate sobre o assunto (ARNDT, 1981, p.463).

A partir do final da Segunda Guerra Mundial, a identificação do desenvolvimento econômico com a variação da produção de riqueza material, ou seja, com o crescimento econômico, passou a ser cada vez mais questionada e o progresso material passou a ser considerado insuficiente para indicar desenvolvimento. Assim, abriu-se espaço para a diferenciação entre crescimento econômico e desenvolvimento e, conseqüentemente, para a

¹ Contudo, vale salientar que Smith se refere à realidade inglesa do século XVIII.

criação de indicadores que fossem capazes de mensurar o desenvolvimento entendido de maneira mais ampla.

A dificuldade estava, e ainda está, na mensuração de fatores extra econômicos que são propostos em indicadores alternativos capazes de captar melhor a complexidade do desenvolvimento. Segundo Herculano (2000), esses são frágeis justamente por não estarem expressos em termos monetários, ou seja, não são aceitos de forma universal. Entretanto, esse problema não foi capaz de eliminar as críticas e as tentativas de ampliar a ideia de desenvolvimento para além do aspecto econômico e com isso, o conceito de Produto Interno Bruto (PIB), criado por Simon Kuznets na década de 1930, já estava em questão.

O pós Segunda Guerra Mundial foi o período de construção de novos indicadores de desenvolvimento. Na década de 1960, nos EUA, abriu-se espaço para se refletir sobre os “indicadores sociais”, que tentavam captar o que se entendia por “bem-estar” da população (SANTAGARDA, 2007). Na década de 1970, surge um novo indicador que procurava mensurar a felicidade de uma coletividade, o FIB pensado pelo rei do Butão e apoiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Mais tarde, na década de 1990, aparece o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Assim, praticamente desde meados do século XX, pesquisadores, governos e agências multilaterais investem em formas alternativas de se mensurar o desenvolvimento. Essa questão é pertinente, pois indicadores de desenvolvimento são guias para a formulação de políticas públicas. Atualmente, no cenário de desigualdade social e crises econômicas do capitalismo mundial, há uma recuperação do interesse na discussão sobre indicadores de felicidade das coletividades, tal como propunha o indicador Felicidade Interna Bruta - FIB na década de 1970 (DOWBOR, 2009; FITOUSSI, 2009; SEN, 2009 e STIGLITZ, 2009).

De acordo com essa nova literatura, crescentes preocupações em relação à velha métrica do PIB são cada vez mais pertinentes, além da necessidade de um movimento para pensar as relações entre os números do PIB e outras medidas tais como “bem-estar”, sustentabilidade ambiental, social e felicidade. De maneira geral, os autores chamam a atenção para a necessidade de se identificar os limites do PIB como indicador de desempenho econômico e progresso social, além de pensar os problemas relacionados à sua medição, que por sua vez não incorpora informações adicionais que são necessárias para mensurar o

progresso social.² Por isso, este trabalho analisa os conceitos de PIB e IDH, assim como o conceito de FIB, objeto desta dissertação.

O conceito de PIB criado na década de 1930 vem sendo usado até a atualidade como base para classificar as melhores economias do mundo em termos de produção de riqueza material. O PIB é uma medida objetiva de riqueza, mas o que se questiona é sua utilização enquanto indicador de desenvolvimento econômico e social, um debate que se estende na economia do desenvolvimento e desemboca, como tentativa de resposta, na criação do conceito de IDH em 1990.

O PIB é o valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro de um território econômico, isso independente da nacionalidade dos proprietários produtores destes bens e serviços. Ele pode ser considerado a partir de três óticas. A ótica da produção corresponde à soma dos valores agregados líquidos dos três setores (primário, secundário, terciário) da economia, mais os impostos indiretos, mais a depreciação do capital, menos os subsídios governamentais. A ótica da renda corresponde ao cálculo da remuneração paga dentro do ambiente econômico, sob as diversas formas, a saber, salários, juros, aluguéis, e lucros distribuídos, soma-se isso aos lucros não distribuídos, os impostos indiretos e a depreciação do capital; por fim, subtraem-se os subsídios. A ótica do dispêndio é resultado da soma dos dispêndios em consumo das unidades familiares e de governo, mais as variações de estoques, menos as importações de mercadorias e serviços, mais as exportações, (SANDRONI, 1999).

Como medida de geração de riqueza por meio da produção, o PIB é um indicador do crescimento econômico, o que não se coloca em questão, mas sim considerá-lo sem maior rigor como indicador de desenvolvimento, confundindo crescimento econômico e desenvolvimento. Questiona-se a aplicação do conceito de PIB, que é apenas uma medida do nível de produção, para medir um fenômeno tão amplo e complexo como o desenvolvimento. Enquanto se atém a um aspecto puramente econômico, o PIB não pode ser considerado uma medida adequada de desenvolvimento. Além disso, o PIB ignora vários fenômenos que

²Segundo Fitoussi (2009), Sen (2009) e Stiglitz (2009), por exemplo, as estatísticas que são usadas para mensuração do PIB não conseguem capturar alguns fenômenos que têm impacto significativo no bem-estar das pessoas. Eles dão um exemplo: se os engarrafamentos de uma cidade aumentam isso significa que o PIB vai aumentar, mas, obviamente, a felicidade vai diminuir.

ocorrem no fazer econômico, tais como efeito das externalidades negativas³ da atividade econômica.

Boa parte dos especialistas, tais como (DOWBOR, 2009; FITOUSSI, 2009; GADREY, 2006; LOUETTE, 2009 e STIGLITZ, 2009), acreditam que o PIB não é um indicador capaz de captar adequadamente o desenvolvimento.

O descolamento entre crescimento econômico e desenvolvimento foi percebido pelos economistas no pós Segunda Guerra Mundial e, assim, abriu-se espaço para a criação de novos indicadores de desenvolvimento, logo, a Organização das Nações Unidas (ONU), fomentou essas iniciativas (LEAMER, 2009).

Em 1972, o PNUD apoiou a elaboração do FIB e, em 1990, surgiu o IDH, cujo objetivo era servir de referência para governos, na garantia do atendimento aos direitos humanos e na formulação de políticas públicas e, também, atender ao descontentamento supracitado.

O IDH, criado em 1990, pelos economistas Amartya Sen e Mahbub Ul Haq em parceria com a ONU procura mensurar não só o crescimento econômico, mas também o desenvolvimento social e humano. Para dar conta dessa complexidade, o IDH contempla três outros indicadores: a expectativa de vida ao nascer, educação e PIB *per capita*. A partir disso, classifica os países em níveis de desenvolvimento num *ranking* amplamente divulgado (SANTAGARDA, 2007). Atualmente, o Brasil oscila entre a 6ª e 8ª posição entre as maiores economias do mundo, mas ocupa apenas um lugar intermediário de 85ª posição no *ranking* do IDH mundial. Isso não deixa de ser uma medida do descolamento entre seu crescimento econômico e o seu desenvolvimento.

O IDH é, sem dúvida, um avanço em relação ao PIB na mensuração do desenvolvimento, mas a questão que se coloca agora, num contexto em que se verifica o aumento do consumo de psicotrópicos e suicídios nos países mais desenvolvidos, é em que medida o desenvolvimento de uma coletividade se correlaciona positivamente com sua felicidade. Seria possível dizer, sem maiores considerações, que uma coletividade com alto nível de desenvolvimento econômico e social é necessariamente feliz? Em caso negativo, o IDH seria insuficiente para mensurar a felicidade de uma coletividade e, nesse sentido, apesar

³Segundo Mankiw (1999) externalidade é o efeito do impacto das ações de um agente econômico sobre o bem-estar de outros agentes econômicos. Se o efeito deste impacto causado pela externalidade for danoso, tem-se uma externalidade negativa. Exemplo: quando uma fábrica polui o rio de uma cidade para efetivar a sua produção.

de seu escopo ampliado, poderia ainda ser considerado estreito ou insuficiente como medida mais geral de bem-estar (HERCULANO, 2000).

Aparentemente, desenvolvimento não é garantia de felicidade e essa discussão nos remete a outros indicadores que tentam mensurar a felicidade de uma coletividade. Em 1972, o rei do Butão, Jigme Singya Wangchuk, com o apoio do PNUD, concretizou a ideia de Felicidade Interna Bruta com a elaboração do FIB.

O FIB não é o único indicador que se propõe a pensar a felicidade visto que existem outros indicadores que estão na mesma linha de raciocínio e em torno da problemática já posta pelo FIB na década de 1970. Alguns exemplos de outros indicadores, que serão discutidos no decorrer do trabalho ilustram a gama de tentativas de superar a velha métrica do PIB e incorporar aspectos que não são contemplados pela mensuração estritamente econômica realizada pelo PIB.

É fato que todas essas tentativas de medir a felicidade de uma coletividade trazem problemas como a subjetividade na definição do indicador e sua universalidade, isto é, a aplicação de um mesmo indicador de felicidade a qualquer coletividade. Apesar desses problemas, a discussão sobre o FIB se insere, em alguma medida, no conjunto de iniciativas questionadoras da sociedade de consumo e do padrão de desenvolvimento imposto por ela.

Diante do problema posto, esta dissertação procura discutir teoricamente e avaliar empiricamente a hipótese de que o desenvolvimento não leva necessariamente à felicidade e, se isto é verdade, indicadores de felicidade deveriam ser considerados na formulação de políticas públicas. Com a finalidade de testar o indicador de Felicidade - FIB - através de uma pesquisa de campo, embora de caráter piloto e ainda que limitada, pretende-se compreender a eventual divergência entre um indicador de crescimento (PIB) de desenvolvimento (IDH) e um indicador de Felicidade (FIB) tendo como cenário a cidade de Lorena/SP dividida em três setores para fins de comparação.

O trabalho de pesquisa possui uma estrutura que se divide em três partes. O primeiro Capítulo – Desenvolvimento: conceitos e indicadores - tem o objetivo de situar a discussão sobre os conceitos de crescimento e desenvolvimento, fazendo um paralelo crítico entre os clássicos da economia e o pensamento da sociedade contemporânea. A seguir, aborda os indicadores econômicos e sociais, fazendo um recorte do PIB e IDH, cujo objetivo se concentra em mostrar por que o PIB é uma medida insuficiente de desenvolvimento e

apresenta certa estreiteza para pensar em políticas públicas e, também, identificar possíveis falhas no IDH ao mensurar o desenvolvimento humano.

No Capítulo segundo – A mensuração da felicidade: FIB - após uma análise dos indicadores supracitados, discute-se a temática do FIB buscando suas bases epistemológicas e procurando uma resposta para a pergunta: por que FIB? Neste Capítulo o objetivo principal é apresentar a defesa (e as críticas) ao FIB. Pensa-se o FIB como indicador de felicidade, identificando quais as implicações da construção desse indicador. Discorrer-se-á por uma crítica sobre a possibilidade de se medir felicidade ou da possibilidade de felicidade numa economia de mercado. Neste Capítulo são retomados os conceitos de PIB e IDH comparados à ideia de FIB.

Por fim, o terceiro Capítulo – PIB x IDH: evidência empírica a partir do caso de Lorena/SP – em que são destacados os relatos da aplicação do questionário FIB em bairros selecionados na cidade de Lorena/SP mostrando os resultados obtidos através da pesquisa e identificando as evidências que surgiram da análise da aplicação dos questionários. Neste Capítulo procura-se responder se o FIB complementa ou repete os resultados dos indicadores anteriores e, se não complementa, questiona-se o uso desse indicador, pois não haverá sentido lógico de medir a felicidade se o indicador mostra as mesmas questões que os outros indicadores de crescimento e desenvolvimento já identificam; se completa, seria preciso considerá-lo, junto a outros indicadores, como referência para a formulação de políticas públicas, apontando a necessidade de se pensar além do PIB.

CAPÍTULO I

Desenvolvimento: conceitos e indicadores

Neste Capítulo objetiva-se a discussão do desenvolvimento de forma mais ampla, sendo talvez mais adequado falar em desenvolvimentos. Pensar o desenvolvimento requer uma contextualização histórica e principalmente considerar com cuidado o aspecto pragmático que carrega, cunhado dentro do pensamento econômico e ligado ao progresso e crescimento econômico (PIMENTA, 2013). Nota-se que até o século XVI o conceito mais amplo de desenvolvimento não foi explorado, visto que a principal preocupação era pensar desenvolvimento enquanto crescimento. Logo, tem-se como objetivo pensar o desenvolvimento em seu conceito mais amplo, em suas múltiplas dimensões; econômica, social etc.

Segundo Pimenta (2013) não se concebe desenvolvimento sem pensar a participação do Estado, todavia, não será feita uma digressão sobre o conceito de Estado, mas por escolha teórica, a pesquisa se concentrará em um apanhado sobre o conceito de desenvolvimento ao longo da história sem se ater profundamente as questões do Estado.

Antes de entrar na discussão, que trata de história da economia do desenvolvimento, cabe fazer aqui uma ressalva: há diferenças além da semântica quando se propõe contextualizar e discutir a economia na sociedade, numa perspectiva histórica. A economia é objeto do fazer social e, portanto, está presente na humanidade desde sua existência. A visão acadêmica da economia se consolidou após a sistematização iniciada no século XVIII a partir do trabalho de Adam Smith (sobretudo *A riqueza das nações*, publicada em 1776). Trilhar-se-á pelo pensamento dos clássicos até chegar aos pensadores do pós Segunda Guerra Mundial para mostrar como o conceito de desenvolvimento muda ao longo do tempo.

Segundo Pimenta (2013, p. 3), “os estudos até o século XVIII não possibilitam destacar especificamente as ponderações sobre o tema do desenvolvimento”. Embora os clássicos estejam voltados ao pensamento puramente econômico este se faz necessário para esta discussão. Após a análise dos mercantilistas, fisiocratas e clássicos, que tinham como objetivo pensar no crescimento como aumento da riqueza das nações, será feito um apanhado conciso e panorâmico dos neoclássicos, em que se pode notar uma trajetória que não se prendia tanto ao crescimento econômico. Tal pensamento perdurou por um grande espaço

histórico do pensamento econômico sendo que no Pós Segunda Guerra Mundial tal diferenciação entre crescimento e desenvolvimento foi posta como necessária para se pensar em pontos que fossem além do mero crescimento econômico.

Após este percurso chega-se a Sen (2010), para quem o desenvolvimento abre possibilidades para ser mais amplo do que resultado de processos de acumulação de riqueza e o crescimento do PIB, potencializando as capacidades humanas e a liberdade das pessoas como elementos fundamentais do desenvolvimento. A seguir será feito um apanhado sobre a origem do nascimento dos indicadores econômicos e sociais, destacando o PIB e o IDH. A proposta aqui também vai além do econômico, pensando em indicadores que sejam capazes de fazer uma leitura do social, do humano, da qualidade de vida e bem-estar, assim como a sua possibilidade de inserção no tecido social.

1.1 Desenvolvimento em perspectiva histórica

Primeiramente deve-se destacar que existe uma confusão histórica, de acordo com os estudos de Pimenta (2013), que foi contemplada nesta discussão, sobre a perspectiva histórica do desenvolvimento, em relação aos conceitos de crescimento e desenvolvimento. Segundo Pimenta:

Há uma confusão histórica ao atrelar o conceito de desenvolvimento ao de crescimento econômico, visivelmente comprometido com o sucesso do processo de industrialização, medido pelo PIB *per capita*. As noções de desenvolvimento e subdesenvolvimento se constituíam pela capacidade produtiva e de competição num sistema acumulativo (PIMENTA, 2013, p. 4).

O desenvolvimento é um dos conceitos fundamentais da economia, mas, também é um dos mais complexos, uma vez que foge do pensamento econômico comumente atrelado como aumento da produção material. Tratar da perspectiva histórica do desenvolvimento é de grande importância visto que este trata dos objetivos últimos da economia enquanto ciência – ou seja, a economia vista como melhoria das condições de vida das pessoas. Diante disto, a economia vem há algum tempo mostrando que é preciso ir além das mensurações do crescimento econômico, ou seja, não basta pensar apenas em questões econômicas é preciso perceber em que ponto a sociedade avançou em termos de desenvolvimento.

Percebe-se que os clássicos da economia de maneira geral se preocupam com o aumento da produção, com a riqueza da nação, como indica o livro de Adam Smith. Os neoclássicos por sua vez, passam a se preocupar com a alocação de recursos, dando uma perspectiva micro à economia. Diante disto, tem-se como objetivo nesta discussão pensar as questões de desenvolvimento e crescimento econômico através de um viés crítico, a fim de contextualizar os dois conceitos mostrando as aproximações e divergências na história do pensamento econômico. É percebido que na contemporaneidade o complexo conceito de desenvolvimento não é confundido com o de crescimento, o que significa que o crescimento nem sempre é ou pode ser considerado como desenvolvimento.

Segundo Arndt (1981) pode-se observar que os clássicos e neoclássicos tinham uma preocupação essencial: o aumento da riqueza material. Até a Segunda Guerra Mundial este pensamento predominou – crescimento era o aumento da produção de bens. Vale salientar que a preocupação dos clássicos não estava relacionada ao desenvolvimento e sim ao crescimento. De início, pode-se observar que para os clássicos, as ideias de crescimento e desenvolvimento se confundiam. Isso se explica pelo fato de que o pensamento dos clássicos estava voltado ao econômico e não havia condição de distinguir ainda a ideia de crescimento e desenvolvimento, ou seja, a ideia era de que a maior produção material (crescimento) estaria na base do desenvolvimento.

Para os clássicos havia uma tendência natural ao equilíbrio e, com isso, o crescimento era resultado do esforço de cada indivíduo de acordo com as suas capacidades. Predomina neste pensamento o egoísmo, em que o bem-estar social seria a soma do bem-estar individual. Com os pós-clássicos a ideia de bem-estar possuiu um novo caráter, contudo ainda sem a preocupação de diferenciar o crescimento de desenvolvimento.

No pensamento de Smith (1985) cresce o país que se “desenvolve” ao conciliar políticas de crescimento que supostamente levariam ao desenvolvimento. Nota-se que o autor não diferencia crescimento de desenvolvimento. As ideias de egoísmo e individualismo predominam no pensamento do autor, uma vez que a liberdade individual é um dos principais valores defendidos por ele.

A principal preocupação de Smith (1985) ao definir o crescimento econômico estava na tentativa de entender as causas do crescimento e orientar as políticas para tal ação, reforçando-as. O foco das políticas, por sua vez, seria o de criar um ambiente propício para o

crescimento enquanto produção e aumento da riqueza das nações. O autor se apoia em três pilares que seriam propulsores do crescimento: a acumulação de capital e o aumento da população, cuja consequência é o aumento da mão-de-obra. Nota-se que o autor acreditava que o livre comércio através do aumento da produção, decorrente do aumento da população seriam as principais causas do desenvolvimento.

Ainda no final do século XVIII, Malthus (1985) lança um ensaio sobre a questão populacional e seus impactos na qualidade de vida. Tratava-se do primeiro trabalho de peso a apresentar argumentos que contestavam o *modus operandi* do capitalismo industrial, objeto principal dos estudos econômicos de então. Panoramicamente, propunha que a escala do aumento populacional se dava em progressão geométrica, enquanto a produção e oferta de alimentos aconteceriam em progressão aritmética. Para o autor, eventuais melhorias na qualidade de vida da população – geradas pelo crescimento econômico – seriam suplantadas por um inevitável aumento populacional, o que faria com que se retrocedesse nos ganhos obtidos. Neste sentido, os estudos de Malthus (1985) foram pioneiros na sistematização do uso de dados demográficos e suas relações econômicas, especialmente no que concerne aos estoques e disponibilidade de recursos à sociedade.

Malthus (1985), ao contrário de Smith (1985), pensava que ao invés de aumentar a população e com isso a mão-de-obra, deveria existir um controle severo da população. Com isso o crescimento e o desenvolvimento, que também não são diferenciados pelo autor, estão diretamente direcionados ao nível de produção. Nota-se que a preocupação do autor também está estritamente ligada à riqueza das nações.

Pode-se notar que os conceitos de desenvolvimento e crescimento não eram diferenciados. A partir de Smith e Malthus, tal diferenciação também não era fundamental para os neoclássicos.

O conceito de desenvolvimento passa por uma revisão crítica que deixe de identificá-lo simplesmente como crescimento econômico, trazendo à tona a incorporação de outros elementos de ordem não econômica à ideia de desenvolvimento. E a reflexão sobre ela ganha um espaço específico no campo da economia. Contudo, Schumpeter (1985), no início do século XX, distingue crescimento econômico e desenvolvimento econômico. O desenvolvimento econômico seria um afastamento do equilíbrio provocado pela ação do empresário e pelas inovações. Assim, a questão tecnológica estaria no cerne do

desenvolvimento econômico. Embora diferencie crescimento e desenvolvimento teoricamente, a análise do autor permanece estritamente no campo econômico. Era assim também para keynesianos como Harrod (1939) e Domar (1946), no final da década de 1930, que apresentaram um modelo de crescimento a partir da teoria keynesiana.

No Pós Segunda Guerra muitas foram às considerações referentes à temática do crescimento e do desenvolvimento. O crescimento foi pauta nas discussões econômicas do pós-guerra, assim como os planos desenvolvimentistas que foram adotados por alguns países. Como salienta Wallerstein (2002), a ideia de desenvolvimento que predominou nesta época estava atrelada ao crescimento, uma vez que era preciso superar a destruição causada pela guerra e pelo atraso dos países pobres.

Entretanto, o cerne dessa crítica era de que o processo de crescimento econômico passou a ser considerado um fim em si mesmo, deixando de ser um meio para melhorar a vida das pessoas. Nesse sentido, o ser humano era secundário em relação à economia, prioritária. Muitos autores, economistas do desenvolvimento, fizeram essa crítica e se preocuparam com o desmonte do reducionismo econômico, defendendo a re colocação do ser humano no centro do processo de desenvolvimento.

No final da década de 1940, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) pensa o desenvolvimento da América Latina, em especial, e dos países periféricos, em geral, basicamente como processo de industrialização. A Cepal apresenta o subdesenvolvimento não como uma etapa do desenvolvimento econômico, como queria Rostow (1978), mas como uma condição estrutural do sistema capitalista, o que foi um grande avanço na reflexão sobre o subdesenvolvimento e a condição periférica de alguns países. Portanto, quanto ao desenvolvimento, não se tratava apenas de fazer a economia crescer, mas de mudar estruturalmente a economia dos países periféricos por meio da industrialização. A melhoria do padrão de vida desses países era o principal objetivo, mas ela dependia, basicamente, da industrialização, que possivelmente levaria ao desenvolvimento.

Furtado (1973, 1992, 2000a, 2000b, 2009), é um dos principais expoentes da Cepal. Para o autor, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento figuram e se constituem de acordo com as relações sociais que são ou não estabelecidas dentro de um determinado local. A preocupação do autor está em caracterizar a evolução do capitalismo no pós-guerra e reinterpretar a questão do subdesenvolvimento. Para o autor, o desenvolvimento pode ser

considerado como uma ilusão ou até mesmo como salienta o autor, uma fantasia, uma vez que: “o desenvolvimento no mundo tende a criar desigualdade. É uma lei universal inerente ao processo de crescimento: a lei da concentração” (FURTADO, 2009, p. 30). Assim, pode-se dizer que para, Furtado (1973), o desenvolvimento se configura como um grande mito e, a ideia de desenvolvimento continua atrelada à ideia de crescimento da sociedade moderna.

Na teoria de Furtado (1992) o desenvolvimento consiste em “(...) esquemas explicativos dos processos sociais em que a assimilação de novas técnicas e o consequente aumento da produtividade conduz à melhoria do bem-estar de uma população com a crescente homogeneização social” (FURTADO, 1992, p. 39). Por outro lado o autor salienta que se existe o processo de desenvolvimento existe o processo de subdesenvolvimento que consiste em: “(...) aumento da produtividade e assimilação de novas técnicas que não conduzem à homogeneização social, ainda que causem a elevação do nível de vida da população.” (FURTADO, 1992, p. 39). Além disso, são elementos do desenvolvimento o incremento da eficácia do sistema social de produção, a satisfação de necessidades elementares da população e a consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos (FURTADO, 2000a, p.22). Estes elementos são as bases constituintes do desenvolvimento e caso não sejam contemplados o desenvolvimento se configura apenas como uma ilusão ou fantasia.

O processo de crescimento não pode ser e estar desatrelado do processo de desenvolvimento. O subdesenvolvimento nada mais é que uma economia em que o avanço tecnológico serviu apenas às questões da modernização (crescimento) e não aos processos produtivos voltados às finalidades sociais. O autor salienta ainda que as bases da tecnologia em uma economia que preza a modernização favorecem apenas a uma elite causando um problema aos demais que não possuem as mesmas condições de absorção e apropriação da tecnologia que a elite possui, ficando aquém daqueles que a absorvem.

Na visão de Furtado (1992) nesta balança se encontra o desequilíbrio econômico. As regiões onde o avanço da tecnologia penetrou e o sistema de produção conseguiu se especializar de forma conjunta aos padrões de consumo – obteve-se desenvolvimento. No outro lado da balança se encontram as localidades em que o avanço da tecnologia não assumiu esta posição criando localidades marginalizadas, ou seja, os sistemas de produção não se

especializaram o suficiente limitando o aumento dos padrões de consumo, criando assim o subdesenvolvimento.

Sendo assim, na visão furtadiana o sistema econômico se apoiou em dois grandes pilares: a transformação das estruturas sociais e o processo de modernização da vida das pessoas. Esta posição justifica o que significa desenvolvimento e subdesenvolvimento para o autor.

Uma vez esclarecido como surgem os dois processos teorizados pelo autor, cabe salientar como o mesmo pensa a superação do subdesenvolvimento. Neste estágio o Estado assume um papel significativo, pois segundo o autor o Estado é o responsável pela criação e manutenção de políticas públicas que sejam capazes de promover o desenvolvimento.

Por fim, Furtado (1973) considera que o desenvolvimento é um mito por razões de ordem física e teórica. É impossível estender os padrões de consumo de algumas localizações do globo (desenvolvidas) para as demais, isso devido à incompatibilidade de recursos e transmissão de tecnologia. Ainda segundo o autor o desenvolvimento é um mito por que a cada 20 países, 19 são excluídos dos benefícios do crescimento e esta parcela parece não acompanhar a elevada taxa de industrialização (FURTADO, 1973, p. 74).

A teoria de Furtado (1973) é clara quando relata porque o desenvolvimento se configura como um mito, uma vez que este movimento desigual apenas aumenta o fosso entre centro e periferia. Nesta dinâmica, a periferia continua aumentando o poder do centro (grandes empresas) e o que acontece para muitos que não participam desta lógica não é desenvolvimento e sim mera modernização. Segundo o autor: “a este processo não cabe o nome de desenvolvimento, o que há na periferia é apenas modernização” (FURTADO, 1973, p. 81).

Entre as décadas de 1950 e 1980, a Europa foi reconstruída, muitos países subdesenvolvidos se industrializaram e suas economias cresceram a taxas razoáveis. O problema é que esse crescimento não resultou necessariamente numa melhoria do padrão de vida. É nesse período, portanto, que os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento começam a se afastar, quer dizer, começa a ficar mais claro que o crescimento econômico é uma condição necessária, mas não suficiente, para o desenvolvimento. O campo de discussão que Sen (2010) traz trata de um contexto em que as liberdades estão situadas dentro do sistema econômico capitalista. Resta saber se o modelo

capitalista, em que o autor se situa como base para discussão do desenvolvimento é capaz de garantir a capacidade de escolha através da garantia das liberdades, visto que, para o autor, o desenvolvimento acontece quando o indivíduo desenvolve capacidades que levam à liberdade para fazer escolhas.

Segundo Sen (2010) o desenvolvimento acontece através da atuação de agentes que sejam livres e que tenham a capacidade de fazer o que desejam dentro de um mercado, também, livre. Frisa que os indivíduos sejam livres de privações básicas o que proporcionará o alcance da vida “boa” desejada por cada um, defende um conceito de desenvolvimento desatrelado da acumulação e embasado na liberdade de escolha como autonomia cidadã. Conforme salienta: “A privação de liberdade pode surgir em razão de processos inadequados (...) ou de oportunidades inadequadas que algumas pessoas têm para realizar o mínimo do que gostariam” (SEN, 2010, p. 31).

A liberdade como desenvolvimento pensada por Sen (2010) é entendida como algo possivelmente alcançado por qualquer indivíduo, todavia a liberdade é uma constante luta entre os agentes, através de contratos sociais que nem sempre são bem definidos e amistosos. A liberdade e o desenvolvimento que fazem parte da defesa do autor fogem da realidade social. Desta forma, o que se mostra como firmemente sólido na teoria do autor vai se desconstruindo à medida que comparamos a teoria da liberdade por ele teorizada com a realidade.

Para o autor, o que as pessoas conseguem realizar depende das “(...) oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como: boa saúde, educação básica, incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas” (SEN, 2010, p.18). Contudo, ao analisar esta noção de agente percebe-se que o autor parece desconsiderar uma sociedade na qual as possibilidades de ampliar as capacidades são restritas⁴.

Sen (2010) anda por um terreno claro – é um defensor de uma democracia funcional e do livre mercado (modelo capitalista). Mercado que vem se estruturando de acordo com os moldes da política neoliberal. O que está em jogo não são as necessidades dos agentes e sim os interesses do mercado representado pelas grandes empresas. O autor parece desenhar outro mundo onde não existem monopólios que muitas vezes regulam as próprias políticas

⁴A ideia mais adequada aqui é a de uma sociedade em que não há interesse em expandir as capacidades das pessoas. Haveria assim um conflito entre o ideal de expansão de liberdade e a realidade em que se encontram os interesses que buscam restringi-la.

econômicas dos países. Assim, como falar da ausência de restrições básicas como saúde e alimentação, sem pensar no interesse das grandes empresas que permeiam todo o jogo social? Não se pode deixar de lado a questão das posições sociais, o que o autor parece não fazer questão de evidenciar.

A concepção de desigualdade de Sen (2010) reside na desigualdade de oportunidades através da privação das liberdades. Ele traz este argumento pelo fato de que segundo ele somente pela via da equalização de oportunidades é que o indivíduo terá a condição de agente e atingir o desenvolvimento. Contudo, a teoria do autor deixa claro que se trata de um indivíduo isolado e dono de suas próprias lutas. Em outras palavras, o argumento do autor é uma reafirmação e fortalecimento do mercado, o que em sua visão levaria ao desenvolvimento.

A questão da propriedade privada, um dos fundamentos do mercado é vista pelo autor como algo natural, fruto da diversidade humana e passa por ela como algo já resolvido. O problema reside no fato de que o indivíduo com suas próprias forças têm de lutar por sua propriedade – o que esbarra na concepção de mérito – todavia deixa-se de lado uma série de questões sociais que interferem nesta possibilidade de conquista.

Como se pode evidenciar, a teoria do desenvolvimento como liberdade trazida por Sen (2010) não traz o desenvolvimento de forma equalizada uma vez que, conforme foi descrito no decorrer da discussão, nem todos possuem condições de colocar em prática suas capacidades, nem todos conseguem se tornar agentes e tampouco realizar aquilo que está próximo do que desejam o desenvolvimento, portanto, seria o fortalecimento das capacidades das pessoas sem distinção.

Em suma, diante do exposto, pode-se entender que para os mercantilistas, fisiocratas e clássicos a economia era voltada para o aumento da riqueza das nações, ou seja, para o crescimento. Por mais de duzentos anos esta ideia predominou na sociedade e foi foco das discussões dos economistas. No Pós Segunda Guerra Mundial, os conceitos de crescimento e desenvolvimento começaram a ser pensados de forma diferente, todavia o que vale salientar é que o crescimento passou a ser visto como aumento da renda apenas, enquanto o desenvolvimento engloba outros aspectos que são considerados extra econômicos, como bem-estar, meio ambiente, etc. A felicidade também é um desses aspectos.

1.2 Indicadores econômicos e indicadores sociais

O presente tópico aborda de maneira mais geral os indicadores econômicos e sociais. Os indicadores identificam e mensuram o crescimento e o desenvolvimento com a finalidade de servir de parâmetros para a elaboração de políticas públicas e avaliação de governos. A ONU fez, na década de 1990, um levantamento mostrando a necessidade de desenvolver e cobrar dos governantes indicadores capazes de avaliar o desenvolvimento e indicou que os mesmos deveriam servir de base para adotar decisões em todos os níveis, (ONU, 1992).

Segundo Louette (2009), e como discutido anteriormente, uma economia voltada para o crescimento econômico não necessariamente resolve os problemas do desenvolvimento e do bem-estar. Assim, seria preciso reorientar o funcionamento da economia para a solução dos problemas que estão além do crescimento econômico. Os esforços do processo produtivo devem ser orientados para tal solução e, para que os resultados de tais esforços sejam usados com eficácia social, é necessária uma avaliação dos mesmos e isso exige o uso de indicadores que sejam capazes de mostrar os resultados de forma ampla e criteriosa, geralmente refletindo a execução de políticas públicas. Na visão de Hazel, os indicadores precisam encaminhar políticas públicas:

Grande parte dos políticos ainda se guiam por livros antigos de economia. Visam diminuir os índices de desemprego, de inflação, o déficit e os juros, mas se esquecem de que há um emaranhado de interações globais que agem sobre cada um desses índices. Diminui um, aumentam demais. (HAZEL apud ALEGRIA, 2009, p.8).

Isso mostra que os indicadores devem ser capazes de captar várias nuances da sociedade com a finalidade de orientar a mesma dentro de um processo que gere um desenvolvimento mais homogêneo. De acordo com Deheinzelin (2009), é importante ultrapassar os parâmetros exclusivamente econômicos quando se trata de indicadores de desenvolvimento. Ainda, segundo Deheinzelin (2009), a economia em si teria que ser revista de acordo com as novas necessidades apresentadas pela sociedade contemporânea. As análises sobre o que são realmente “riquezas” e o que são “recursos” devem entrar em pauta. Outros fatores deverão ser analisados e o que se nota é que a equação não pode ser meramente econômica. Cada dimensão teria seus próprios capitais: capital humano, capital cultural,

capital social, capital ambiental. Isso leva a um intercâmbio de moedas ainda pouco reconhecido e estudado: o investimento feito em moeda-dinheiro, por exemplo, pode ter um retorno em moeda-social; o investimento realizado em moeda-ambiente pode gerar um retorno em moeda-simbólica; e assim por diante.

O que há em termos de metodologia sobre os indicadores, segundo Dowbor (2009), são heranças do sistema de contas nacionais de 1950 que foi reformulado em 1993 formando a base do PIB. Embora esse indicador meça apenas o resultado da atividade econômica é comumente usado como indicador de desenvolvimento. Em 1990, na tentativa de superar o PIB surge o IDH. Na criação deste indicador houve uma mudança considerável na sociedade no pensamento sobre o homem que deixa de ser visto como máquina necessária ao crescimento e passa a ser visto como objetivo maior da sociedade. Em outras palavras, o pensamento teórico do IDH tem como objetivo assegurar que o social deixe de ser meio para manter os objetivos econômicos e, pelo contrário, o econômico passe a ser meio para garantir e melhorar a qualidade de vida das pessoas. Como salienta o autor, uma vida com saúde, educação, cultura, lazer, segurança é o que se espera para a sociedade. E a economia tem de se colocar a serviço desses objetivos sociais, da prosaica qualidade de vida. A qualidade de vida é evidentemente mais difícil de medir do que o valor das vendas de uma empresa ou o custo de funcionamento de uma escola pública, sem falar da economia do voluntariado e do trabalho feminino domiciliar. Mas a realidade é que, enquanto não forem adotadas formas aceitas e generalizadas de medir o valor final, os resultados das atividades não econômicas, não se terá como avaliar o efeito de políticas públicas ou privadas sobre o desenvolvimento. O autor ainda salienta que, hoje, aproveitando e indo além das metodologias do IDH, já se avançou muito neste sentido, (DOWBOR, 2009).

Segundo Dowbor (2009), grande parte do sentimento de impotência diante das dinâmicas econômicas vem do fato de que simplesmente não se tem instrumentos para saber qual a contribuição das diversas atividades para o bem-estar. O clamor da mídia por alguns pontos percentuais suplementares de crescimento do PIB age sobre a angústia generalizada do desemprego e tira o foco do objetivo principal, que é a qualidade de vida da sociedade, deixando as pessoas confusas e mal informadas. Pessoas desinformadas, naturalmente, não participam. Não há democracia econômica sem informação adequada sobre as dinâmicas e os

resultados que realmente importam. A construção de novos indicadores econômicos e também sociais é um eixo particularmente importante no processo de desenvolvimento.

Feitas as considerações gerais sobre os indicadores, discorrer-se-á especificamente sobre os conceitos de PIB e IDH. Não é fácil dizer em que consiste a riqueza de um território, como afirma Gadrey (2006, p.2): “(...) definir em que consiste a riqueza de um país tornou-se, nos dias de hoje, uma tarefa que exige o exame de vários aspectos econômicos, ambientais e sociais.” Viu-se que com os clássicos a ideia de desenvolvimento estava ligada ao crescimento, à riqueza das nações, mas e na atual sociedade, como a distinção entre crescimento e desenvolvimento está posta?

O principal indicador econômico para medir desenvolvimento adotado por grande parte dos países é o PIB. Contudo, é possível observar grandes limitações neste conceito. O PIB se tornou o mais divulgado entre todos os indicadores e se mostra ainda como norteador de políticas públicas para o desenvolvimento, porém como afirma Gadrey (2006, p.2): “O PIB não é garantia de desenvolvimento, pois não leva em consideração desigualdades sociais e agressões ao meio ambiente que comprometem o desenvolvimento.”

Atualmente, o conceito de desenvolvimento se ampliou, não é mais restrito a fatores econômicos, observa-se que há uma preocupação dos governos em medir outros aspectos que não são econômicos.

O modelo de produção econômica é voltado para a acumulação de capital, entretanto, se vê uma necessidade, já observada pela ONU, de olhar a sociedade contemporânea e conseqüentemente seu modelo de produção pela ótica do humano e não somente pela ótica da produção. A elevação do PIB pode não ser sinônimo de desenvolvimento e, tampouco de felicidade, bem-estar etc.; o que se diz aqui é o fato que pode ser apenas crescimento confundido com desenvolvimento. Com este pensamento concorda Dowbor (2009, p.1): “O PIB mede o fluxo dos meios, não o atingimento dos fins”.

Segundo Gadrey (2006) a sociedade contemporânea parece estar focada em um objetivo único que gira em torno do aumento da produção que significa o aumento do PIB. Nas palavras do autor: “Se o PIB está aumentando, isso significa que o governo atual é bom, que as empresas estão empregando e, com isso, mais salários permitirão comprar novos produtos – enfim é a felicidade, o que muitos têm chamado de progresso” (GADREY, 2006, p.9). O que se pode observar é que muitos governos ainda permanecem presos ao conceito de

crescimento visto e confundido como desenvolvimento e se apoiam no crescimento como fim e não como meio.

Com o atual modelo de produção, voltado para o crescimento, o que se nota é um grande aumento dos monopólios industriais que por sua vez estão preocupados em sua maioria com o crescimento econômico e o aumento do PIB, com isso “(...) os processos produtivos estão cada vez mais controlados por megacorporações o que leva a um poder cada vez maior por parte das minorias de se apropriar do produto social” (GADREY, 2006, p.10). Vê-se uma sociedade controlada por monopólios que visam o crescimento, diante disso pode-se indagar: qual o lugar do desenvolvimento? Dowbor (2009) esclarece o problema:

Todos sabem que a saúde preventiva é muito mais produtiva, em termos de custo-benefício, do que a saúde curativa-hospitalar. Mas se nos colocarmos do ponto de vista de uma empresa com fins lucrativos, que vive de vender medicamentos ou de cobrar diárias nos hospitais, é natural que prevaleça a visão do aumento do PIB, e do aumento do lucro. É a diferença entre os serviços de saúde e a indústria da doença. Na visão privatista, a falta de doentes significa falta de clientes. Nenhuma empresa dos gigantes chamados internacionalmente de “big pharma” investe seriamente em vacinas, e muito menos em vacinas de doenças de pobres. Ver este ângulo do problema é importante, pois nos faz perceber que a discussão não é inocente, e os que clamam pelo progresso identificado com o aumento do PIB querem, na realidade, maior dispêndio de meios, e não melhores resultados. Pois o PIB não mede resultados, mede o fluxo dos meios. (Dowbor, 2009, p. 2)

A ONU e o PNUD têm advertido para a necessidade de uma mensuração do desenvolvimento mais clara e realista do que a expressa pelo PIB. Segundo Sen (2010), em relação à mensuração pela renda (PIB), sabe-se que se trata de uma medida é frágil para dizer o que é desenvolvimento. O PIB em si é insuficiente para afirmar se existem liberdades, ou não, como o próprio autor afirma: “(...) as liberdades dependem de outros determinantes, como disposições sociais e econômicas e os direitos civis”. (SEN, 2010, p.16). Ao mesmo tempo o autor salienta que: “(...) uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderarmos o crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele.” (SEN, 2010, p. 28). Esclarecendo, salienta o autor:

O crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as

liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo. (SEN, 2010, p. 29).

Ou seja, para Sen (2010), a questão da desigualdade de renda não é o maior impedimento do desenvolvimento, mas sim a desigualdade de liberdade e oportunidades, que na visão do autor é o maior entrave do desenvolvimento. Ainda salienta que “(...) a suposição de que a abordagem da comparação de renda é o modo mais ‘prático’ de chegar às diferenças interpessoais de vantagens é difícil de sustentar.” (SEN, 2010, p. 148). Diante disso, o PIB (a renda) não é suficiente para mensurar e ser norteador de políticas públicas, visto que possui grandes limitações. Logo, surge a necessidade de construção de outros instrumentos de avaliação do desenvolvimento, que ultrapasse a velha métrica monetária. Outras nuances são importantes e precisam ser mencionadas.

Ainda, para o autor “(...) a privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica” (SEN, 2010, p. 23). Estas privações, segundo o autor não deixariam o indivíduo alcançar o desenvolvimento.

Segundo o autor, pensar em indicadores que vão além do crescimento econômico é necessário e, isso remete a salientar que ele foi um dos criadores do IDH. Com isso, ele pensa na esfera da liberdade como propulsora do desenvolvimento. Sobre isto salienta que:

A liberdade é não apenas a base da avaliação de êxito e fracasso, mas também um determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social. Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento (SEN, 2010, p. 33).

Sen (2010), na verdade, parte de uma base filosófica liberal, cuja ideia básica é de que todos os indivíduos podem e devem usufruir de suas liberdades particulares e usar o máximo possível de suas capacidades de acordo com aquilo que escolhem para sua existência, desde que isso não interfira na liberdade alheia, o IDH foi construído a partir dessa base filosófica. Este indicador surgiu da necessidade de reformulação do PIB, mas ainda se mostra atrelado ao mesmo, entretanto outras variáveis são importantes na conta, por exemplo, escolaridade e expectativa de vida. Ou seja, o IDH surgiu como ferramenta de melhoramento da velha

métrica do PIB, com estimativas para observar o desenvolvimento e em que medida a sociedade está evoluindo. De acordo com isso, afirma o autor:

Em vez de somarmos o valor das atividades econômicas para saber se a sociedade vai bem, passamos a calcular se a sociedade está melhorando sua qualidade de vida, e em função desse avanço ou retrocesso avaliamos se a economia está respondendo ao que queremos. O bem-estar social passa a ser o objetivo, e a economia volta modestamente a ser meio. (GADREY, 2006, p. 11).

De acordo com o PNUD (2014), o desenvolvimento humano visa à ampliação de oportunidades aos indivíduos para que os mesmos tenham capacidade de ser aquilo que realmente desejarem. A questão posta pelo IDH é que o mesmo visa outras nuances da vida cotidiana do indivíduo, mas ainda é uma métrica apoiada no PIB. O IDH segundo o PNUD é uma contribuição para complementar o PIB, ou seja:

O objetivo da criação do Índice de Desenvolvimento Humano foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. (...) o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH. O IDH tem o grande mérito de sintetizar a compreensão do tema e ampliar e fomentar o debate. (PNUD, 2014).

De acordo com Gadrey (2006), existem prós e contras do IDH enquanto índice. Elenca-se como ponto positivo o fato do índice poder ser considerado um importante orientador de políticas públicas. Dentre os pontos positivos do IDH está o fato dele ter sido um avanço em relação ao PIB e levar em consideração aspectos não puramente monetários, tais como longevidade e educação. O PIB, como medida de desenvolvimento, se mostra frágil e o IDH pode auxiliar no planejamento e destinação das políticas. Por outro lado, o IDH se mostra frágil por não possuir critérios para analisar as diferenças sociais, se mostra superficial ao colocar os países em uma escala mundial e não se atenta diretamente à qualidade da educação uma vez que verifica apenas o número de alunos matriculados. De acordo com a métrica do IDH, a educação é avaliada pelo número de alunos que frequentam a escola e isso não significa que eles realmente tenham uma educação de qualidade. Salienta-se, ainda, o fato

de o índice não acoplar a economia informal (que já é uma deficiência do PIB), com isso este também se trona frágil ao ser tratado como índice de desenvolvimento, mas, não se nega o seu avanço em relação ao PIB.

Nota-se que a necessidade de pensar a economia como meio e não como fim em si mesma é uma necessidade recorrente. A economia e, com ela, o aumento do PIB devem ocupar um lugar na melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população e não somente como aumento monetário, conforme salienta Gadrey (2006). A sociedade como um todo e principalmente os formuladores de políticas devem pensar em uma contabilidade que vise o bem-estar social. Aqui se pode nos reportar ao que Furtado (2000) chamou de rentabilidade social. Nas palavras do autor:

Se o objetivo estratégico é conciliar uma taxa de crescimento econômico elevada com absorção do desemprego e desconcentração da renda, temos de reconhecer que a orientação dos investimentos não pode subordinar-se à racionalidade das empresas transnacionais. Devemos partir do conceito de rentabilidade social a fim de que sejam levados em conta os valores substantivos que exprimem os interesses da coletividade em seu conjunto. (FURTADO, 2000b, p. 6).

Quanto mais complexo o entendimento do que é desenvolvimento, mais difícil se torna sua mensuração. Contudo, como salienta Dowbor (2009), enquanto não se adotam formas aceitas e generalizadas de medir o valor social das atividades econômicas, não se terá como avaliar políticas públicas nem privadas. A questão que o autor coloca vai ao encontro do que se está discutindo. Enquanto novas métricas que substituem ou complementem o PIB e o IDH não forem aceitas, a conta estará incompleta e, com isso, não se tem subsídios sólidos para criação e validação de políticas tanto no âmbito privado como público. Segundo o autor:

Não haverá o simples abandono do PIB, e sim a compreensão de que mede apenas um aspecto, muito limitado, que é o fluxo de uso de meios produtivos. Mede de certa forma, a velocidade da máquina. Não mede para onde vamos; só nos diz que estamos indo depressa, ou devagar. Não responde aos problemas essenciais que queremos acompanhar: estamos produzindo o quê, com que custos, com que prejuízos (ou vantagens) ambientais, e para quem? Aumentarmos a velocidade sem saber para onde vamos não faz sentido. Contas incompletas são contas erradas. (DOWBOR, 2009, p. 4).

A ciência econômica por muito tempo se preocupou com o acúmulo de capital, contudo uma mudança do enfoque das discussões sobre as contas econômicas se faz essencial e emergencial nos tempos correntes. Segundo Dowbor (2009), é preciso a construção de um sistema mais realista com a sociedade contemporânea, em que as atividades e os lucros sejam mensurados o mais próximo do que se entende hoje como progresso econômico e social, tal necessidade se torna essencial para corrigir uma deficiência estrutural que vem sendo trazida pela ciência econômica com o passar dos tempos. Segundo o autor, o lucro, tem que ser social. O fato de a ciência econômica evoluir para essa contabilidade integral constituiria um progresso importante.

A discussão presente objetiva salientar a questão do crescimento (PIB) e do desenvolvimento (IDH), o que faz pensar que o progresso econômico não implica necessariamente em progresso social. Para que seja entendido o percurso torna-se necessária uma compreensão do que se entende por progresso na contemporaneidade. O progresso, segundo Gadrey (2006), é visto como aumento da capacidade monetária de um território econômico. Esta ideia é a que impera. Segundo o mesmo autor, o que mensura este progresso é o indicador de riqueza, o PIB. Ele é o norteador da contabilidade.

Pensando na atualidade e na distinção entre crescimento e desenvolvimento e as fissuras do PIB e do IDH pode-se dizer que uma pequena parcela da sociedade monopoliza as riquezas do mundo, ao mesmo tempo em que se experimenta uma rápida mudança nas formas de organização da sociedade humana. Pode-se dizer, ainda, que a sociedade muda no que concerne à tecnologia, economia, política e cultura o mundo está cada vez mais integrado e, portanto, globalizado. Esse pensamento de que o processo de globalização é inevitável vem dos grandes monopólios (nações dominantes) e traz consigo outro pensamento, de que o crescimento é um fator também inevitável e, além disso, é confundido com o complexo processo de desenvolvimento. Sobre a crença no crescimento, salienta Capra (1982):

Num senso, o credo de muitos no crescimento é justificado porque o crescimento é uma característica essencial da vida (...). O que está errado com a atual noção de crescimento econômico e tecnológico, entretanto, é a falta de qualificação. Geralmente, acredita-se que todo crescimento é bom, mas isso não reconhece que em um meio finito há uma dinâmica de equilíbrio entre crescimento e diminuição. Enquanto algumas coisas crescem, outras têm que diminuir para que seus elementos constituintes sejam dispersos e reciclados. A maior parte do pensamento econômico é baseada numa noção de crescimento indiferenciado. A ideia de que crescimento pode ser obstrutivo, doentio, patológico, não é estudada. O que nós precisamos urgentemente, então é uma

diferenciação e qualificação do conceito de crescimento. (Capra, 1982, p.213)

No mundo atual o crescimento se tornou o mesmo que uma boa economia, ou seja, o pensamento dominante é o de que é preciso crescer para se estar bem economicamente. Todavia desconsidera-se que o processo de crescimento envolve uma série de outros fatores, como recursos naturais, externalidades negativas, etc. que não são quantificados.

A economia mudou com o passar dos tempos, assim como a vida em comunidade também. As sociedades mudaram de um estado de economia vazia, onde não se acumulava, para um estado de economia plena, onde se acumula (DALY, 1996). Contudo, grande parte de economistas ainda frisa a ideia de que o crescimento é a principal característica para identificar uma economia saudável. Mas, aspectos como o desenvolvimento social não são levados em consideração quando se faz este tipo de afirmação e, isto é o que se contesta nessa discussão quando se usa o PIB como indicador de desenvolvimento.

Os que afirmam a ideia de que o crescimento é a saída argumentam que ele é e será o responsável pela eliminação da pobreza, por exemplo. É fato que grande parte da humanidade não possui condições de sustentar uma vida digna e através deste argumento cria-se outro que se estrutura em uma base forte: não é a redistribuição de renda que vai solucionar o problema da pobreza, mas sim é preciso criar mais riquezas. O crescimento evoca a imagem de que um 'bolo' de riquezas em expansão é uma ferramenta política potente e conveniente que faz com que problemas sérios como a desigualdade de renda e da redistribuição de riquezas sejam colocadas de lado (BROWN et al., 1996, p.119).

Diante do exposto, tem-se uma corrente que defende o crescimento econômico como desenvolvimento; uma corrente que defende que o crescimento econômico é importante para o desenvolvimento, mas que não se resume a ele; e uma corrente que prega que o crescimento econômico é uma ideologia e causa de desequilíbrios ambientais e sociais importantes e prega ainda que deve ser, no limite, evitado⁵.

⁵Alguns autores como Latouche (2009) e Roegen (2012) pensam na teoria do decrescimento. Basicamente esta teoria prega que o crescimento indefinido é inviável, pois os recursos naturais são finitos e o consumo desenfreado não será sustentado pelo ecossistema. Outros, como Daly (2007) e Sachs (1986), pensam em ecoeconomia - Ecodesenvolvimento significa o desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por objetivo responder problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio.

Salienta-se a contradição ainda presente em relação aos conceitos e práticas do crescimento e desenvolvimento, e os entraves de uma economia focada no crescimento, mas, além disso, ainda há outro problema que nos faz pensar: como mensurar o desenvolvimento e o bem-estar da sociedade?

Viu-se que uma série de críticas podem ser feitas ao PIB, e que na atualidade pode-se elencar uma série de desdobramentos voltados para um novo olhar, que envolve outros aspectos que não são mensurados pelo PIB. Os defensores do PIB contestam que o mesmo não foi criado para medir bem-estar e tampouco satisfação com a vida e felicidade e sim – a produção monetária, a riqueza. A fragilidade da crítica, segundo (GADREY, 2006),

(...) tem diversas origens. A principal reside no fato de que, mesmo sendo verdade o crescimento não determina tudo, ele parece, com toda razão, bastante capaz de propiciar margens de manobra e de melhorar certas dimensões da vida cotidiana, dos empregos, etc. Assim, a curto e médio prazos, ele é visto de modo positivo por grandes parcelas da população. (GADREY, 2006, p. 16)

A crença no crescimento econômico como alternativa social é grande e por isso as críticas à forma de mensuração da riqueza tenham sido deixadas de lado por muito tempo. Mas, este não é o único motivo pelo qual o PIB ainda se mantém predominante. Segundo Gadrey (2006), a fragilidade metodológica e de sentido de outros indicadores ainda é grande.

O PIB quando formulado tinha um objetivo único, medir o crescimento monetário de um território econômico. E isto ele faz. Contudo o que se contesta é sua insuficiência se pensado no atual modelo de sociedade. Com isso faz-se necessário desdobramentos para pensar em outros indicadores que não levem em consideração o caráter puramente econômico da sociedade.

De ambos os lados, ético e prático, o uso do PIB como indicador se torna algo questionável. A medida por ele realizada, levando em consideração o crescimento indiferenciado, não é suficientemente completa e precisa de aprimoramentos. O que se coloca em xeque é a necessidade de se sair de uma economia tradicional de cunho quantitativo (uso do PIB) para uma economia com abordagens qualitativas, por isso a necessidade de pensar além do PIB que foi a tentativa do IDH e do indicador que é objeto desta reflexão – o FIB.

Segundo Daly (1996), o processo complexo de desenvolvimento engloba a melhoria de vida das pessoas dentro de um Estado onde as pessoas podem realmente alcançar suas

potencialidades, em uma argumentação semelhante à de Sen (2010). É fato que desde a segunda Guerra Mundial, como salienta (HATHAWAY et al., 2012) a maioria do mundo se engajou em um processo denominado “desenvolvimento”, mas o que se pode perceber é que se trata de um desenvolvimento distorcido, que emprega características típicas do crescimento. O desenvolvimento precisa ser discutido, assim como suas bases teóricas e práticas, para que não seja um “mau desenvolvimento”. Com este pensamento corrobora:

De fato, o processo de desenvolvimento é muitas vezes um exercício de ‘mau desenvolvimento’ baseado em pressupostos da economia focada em crescimento que já foram explorados por nós previamente. Isso é especialmente verdade (...). Todos esses tipos de iniciativas podem produzir certamente ‘crescimento’ na economia monetária medida pelo PIB. (HATHAWAY et al., 2012, p.74)

Como se pode notar é preciso cuidar para que a economia não entre em um processo de mau desenvolvimento, se pautando em fatores essencialmente provindos do crescimento. É fato que os projetos baseados no desenvolvimento geram, de alguma forma, ganhos monetários de crescimento medidos pelo PIB, o que se questiona é se o desenvolvimento tem cumprido com sua tarefa. E se não, como pensar em um desenvolvimento que consiga atingir seus objetivos tornando melhor a vida das pessoas e proporcionando o desenvolvimento das capacidades humanas?

Segundo Sandroni (1999) e Gadrey (2006), o cálculo do crescimento econômico se pauta na definição de riqueza.

O PIB é composto em duas partes. A primeira é o valor comercial de todos os bens e serviços vendidos no país durante um ano (...). Depois se acrescenta a esse valor comercial uma segunda parte, que é o custo de produção dos serviços não comerciais das administrações públicas: o ensino público, os serviços oferecidos por governos municipais, estaduais e federais, etc. (GADREY, 2006, p. 31).

Nota-se que o PIB é uma mensuração do ganho puramente econômico de um determinado território. Entende-se por crescimento econômico a progressão e/ou aumento do PIB, ou seja, o aumento de todos os bens, produtos, e serviços vendidos que gerem algum valor monetário, que seja produzido por qualquer serviço monetário, indiferente dos benefícios e ou malefícios em termos de valores sociais que tal produção venha a causar, (GADREY, 2006).

Esta maneira de mensurar a riqueza nacional é a que mais impera. Contudo, o PIB apresenta algumas fissuras como o fato de desconsiderar inúmeras atividades informais que ocorrem em um determinado território econômico e que por sua vez contribuem para o bem-estar individual e coletivo, não entra na soma, pelo simples fato de não possuírem caráter comercial e não gerarem valor monetário em caráter de produção.

Por fim, Gadrey (2006, p. 32) salienta que o PIB é um erro por “ser indiferente à partilha das riquezas contabilizadas, às desigualdades, à pobreza, à segurança econômica, etc., que não são, todavia, quase unanimemente consideradas dimensões do bem-estar de uma sociedade”.

Após as reflexões de Gadrey (2006), pode-se constatar que as suas colocações são pertinentes para o que se questiona neste trabalho. O PIB, indicador mais usado para mensurar as riquezas de um território, parece estar ultrapassado ou necessitando de mudanças, uma vez que, como salienta Dowbor (2009), faz a conta errada deixando de lado uma série de outras nuances que necessitam entrar na soma, para que esta se aproxime de uma realidade mais exata.

O IDH por sua vez é questionável enquanto seu conceito de desenvolvimento, ou seja, será mesmo desenvolvimento o que ele mensura, ou são apenas dados iguais ao PIB somente com “tons” de desenvolvimento?

Logo, uma vez que existem as críticas ao PIB, existem também as suas defesas. Estas veem em sua maioria por estatísticos que defendem o uso do PIB. Salienta-se que o PIB enquanto medidor de riqueza monetária é válido, todavia, o que se coloca em questão é seu uso como norteador do desenvolvimento e que o IDH não é suficiente para dar esta resposta, sendo apenas um auxiliar no entendimento do complexo desenvolvimento.

Segundo Gadrey (2006, p. 33) citando as falas dos economistas e contabilistas que defendem o PIB “Sabemos que o PIB e o crescimento não medem bem-estar, pois não são feitos para isso. Mas nada impede que se proponham e se utilizem indicadores de bem-estar, além do PIB.”.

Nota-se que, segundo o pensamento dos economistas e contabilistas do PIB, a ideia é pensar em outros indicadores desde que o uso do PIB continue. Esta tentativa já foi realizada com o IDH. Sendo assim, uma vez que o PIB em seu conceito não é um norteador de

desenvolvimento e de bem-estar, cabem reflexões sobre indicadores que o substituam ou o tornem mais robusto e completo em sua mensuração e o mesmo cabe ao IDH.

Ainda segundo Gadrey (2006), como se pode dizer que a economia de um país melhorou se a situação de seus habitantes piorou? Isso mostra que existe um forte pensamento enraizado no crescimento e na produção, que por sua vez deixa de lado outros aspectos importantes. Nota-se, ainda, que a “loucura pelo crescimento” é de tal impacto que:

Indicadores acrescentam permanentemente riqueza econômica, desde que haja produção e venda monetária, sem se preocupar com o que se perde no meio do caminho, o que, embora não tenha valor comercial, pode ter um valor enorme para o bem-estar e o das futuras gerações. (GADREY, 2006, p. 39).

Por fim, salienta-se que existe uma necessidade de pensar nos indicadores e padrões que só levam em conta aspectos econômicos, observando que estes não dão conta da complexidade do desenvolvimento. Logo, é preciso ir para além do crescimento como o PIB e para além das métricas do desenvolvimento dadas pelo IDH, outros fatores ainda são importantes e continuam fora da mensuração, como a complexa questão da felicidade.

CAPÍTULO II

Felicidade Interna Bruta

Neste Capítulo discute-se especificamente o indicador de Felicidade Interna Bruta (FIB) buscando suas bases epistemológicas e procurando uma resposta para a pergunta: por que utilizar o FIB? Nesta seção o objetivo principal é apresentar o FIB. Pensa-se o FIB como indicador de felicidade, identificando quais as implicações da construção desse indicador. Discorrer-se-á por uma discussão mais crítica sobre a possibilidade de se medir felicidade ou a possibilidade de felicidade numa economia de mercado. Nesta seção retomam-se os conceitos de PIB e IDH contrapostos à ideia de FIB.

Como se viu há uma crescente preocupação em relação à velha métrica do PIB, preocupações como essa são cada vez mais pertinentes além da necessidade de um movimento necessário para pensar as relações entre os números do PIB e outras medidas tais como bem-estar, sustentabilidade ambiental, sustentabilidade social e felicidade. Pretende-se aqui identificar os limites do PIB como indicador de desempenho econômico e progresso social, além de pensar os problemas relacionados à sua medição.

2.1 Felicidade

As pessoas procuram a felicidade e ou um estado de satisfação, por outro lado, é difícil definir o que é felicidade ou o que é preciso para alcançá-la. De acordo com os dicionários de filosofia, em geral, felicidade é um estado de satisfação devido à própria situação do mundo. Por esta relação com a situação do mundo, a noção de felicidade difere da de beatitude a qual é o ideal de uma satisfação independente da relação do homem com o mundo e por isso limitada à esfera contemplativa ou religiosa. O conceito de felicidade é humano e mundano. (ABBAGNANO, 1970).

Mas será que para que a felicidade aconteça basta uma satisfação da consciência? O bem-estar, por exemplo, não seria ter uma vida confortável e digna? Isto posto, recorre-se à filosofia como argumentadora da questão, que por sua vez define felicidade, segundo Japiassú (2008) como estado de satisfação plena e global de todas as tendências humanas.

De modo geral percebe-se que a felicidade é uma questão mais complexa do que prega o senso comum. Enfrentá-la e discuti-la não é uma questão fácil, exige uma ação cuidadosa, sistemática, profunda e crítica.

Fazendo uma pequena digressão no pensamento histórico-filosófico, pode-se notar que as correntes do estoicismo e do epicurismo foram as que mais se dedicaram à tarefa de pensar a felicidade na antiguidade. Brevemente, e de forma panorâmica, o período helenístico deixa de lado os aspectos políticos e sociais que predominavam entre as discussões e propõe um debate sobre as questões da vida privada e o interior de cada indivíduo, especialmente sobre os problemas morais. Neste momento da história, a preocupação era a de entender, por meio das regras morais práticas, o sofrimento e eliminá-lo a fim de se obter a conquista da felicidade, portanto, tanto sofrimento como felicidade passam a ser entendidos como problemas individuais e subjetivos. Este foi o momento de maior discussão da felicidade, devido ao momento em que os gregos viviam e às necessidades impostas pela nova realidade social, política e cultural da época.

Também, de forma breve e panorâmica, explanando sobre as duas maiores correntes que discutiram felicidade na antiguidade, o estoicismo traz uma concepção de que a felicidade está e deve estar ligada ao conformismo, ou seja, é preciso que o homem aceite a natureza e a vida, tal como ela se apresenta e é oferecida a ele. Os estóicos defendiam o cultivo da indiferença frente ao sofrimento e este seria o caminho da felicidade (EPICTETO, 2006).

Por sua vez, o epicurismo traz um manual básico para a conquista da felicidade, com três regras básicas, a saber: não esperar que os deuses interfiram na vida humana; não temer a morte e compreender que o futuro não depende totalmente do indivíduo e que o homem não é responsável pelo seu destino (EPICURO, 2002).

Segundo Japiassú (2008), até o advento da filosofia socrática, acreditava-se que a felicidade dependia dos desígnios dos deuses. Essa concepção religiosa da felicidade imperou durante muitos séculos e em diferentes culturas. No IV a.C. Sócrates inaugura um paradigma a partir do qual buscar ser feliz é uma tarefa de responsabilidade do indivíduo, debatendo sobre a felicidade e pregando que a filosofia seria o caminho que conduziria a essa condição. Aristóteles continua a investigação de Sócrates, concluindo que todos os outros objetivos perseguidos pela humanidade – como a beleza, a riqueza, a saúde e o poder – eram meios de se atingir a felicidade, sendo esta última a única virtude buscada como “Bem” em si mesma.

Durante séculos, a felicidade foi também pensada como aproximação de Deus. O período da Idade Média teve como marco uma felicidade dada como graça de Deus àqueles que estavam perto dele. Esta ideia de felicidade começou a ser questionada com o advento da ciência do século XVIII.

Já na modernidade a questão da felicidade tem seu marco no século XVIII com o Iluminismo. Tal corrente filosófica teorizou que o uso da razão poderia tornar o homem livre e com isso propenso à felicidade. Segundo Fonseca (2002, p.22) “A equação fundamental do iluminismo europeu pressupunha a existência de uma espécie de harmonia preestabelecida entre o processo da civilização e o aumento da felicidade”. O processo do Iluminismo pregou que à medida que a humanidade progredisse, os homens também teriam suas competências e bens materiais ampliados e, com isso seriam capazes de moldar suas condutas com base sólida na razão. Elucidando o pensamento sobre o Iluminismo:

O exercício da liberdade sob a égide da razão e da lei moral conduziria à felicidade, isto é, à única felicidade digna deste nome, e isso mesmo que não fosse possível especificar, em cada caso particular, os atributos concretos da felicidade dos diferentes indivíduos (FONSECA, 2002, p. 28).

No entanto, a noção de que os avanços da ciência, da técnica, e da razão melhorariam as condições objetivas da vida humana e atenderiam também as condições necessárias para a felicidade, bem-estar subjetivo e realização existencial dos homens se mostrou um grande erro teórico e prático. O erro capital do projeto iluminista foi dar uma ênfase desmesurada à transformação e à conquista do mundo objetivo em detrimento de uma atenção maior à questão dos desejos e ao lado contemplativo da realização humana.

Segundo Fonseca (2002) o violentíssimo protesto do movimento romântico contra o efeito desumanizador da ciência moderna, da tecnologia, da urbanização, do mercado, em suma, de tudo o que estava associado ao progresso tal como os teóricos iluministas o concebiam, era um sintoma claro de que algo totalmente inesperado e perturbador estava acontecendo.

Não se pode deixar de lado as reflexões de Bentham (1789) sobre o cálculo da felicidade que, segundo Otaviani (2010), era estruturado de acordo com um princípio moral que tinha como fundamento o prazer e a dor; relacionados à utilidade, ou seja, a melhor ação social é aquela que tomada visando o prazer (felicidade) atinge o maior número de pessoas possíveis. Logo, segundo Otaviani (2010), de acordo com a filosofia de Bentham (1789), se a

ação mostrar pontos positivos e atingir mais de uma pessoa deve ser prolongada, caso apresente pontos negativos e atinja somente a uma pessoa, não deve ser prolongada.

Filósofos como Friedrich Nietzsche (1844-1900); Jean Baudrillard (1929-2007); Jean-Paul Sartre (1905-1980); Walter Benjamin (1892-1940), produziram reflexões sobre os limites da felicidade humana. Não, podendo deixar de citar, por exemplo, as reflexões de Aristóteles sobre a Eudaimonia. Outrossim, indubitavelmente vive-se em uma época na qual a promessa de felicidade, segundo Franco Filho (2009), estaria no final da trilha de um comportamento que chamaríamos de hedonista. Em termos genéricos, pode-se dizer que o hedonismo que se apresenta hoje propõe extrair da liberdade individual o máximo de prazer disponível, o que seria equivalente a ser feliz. O prazer entendido pelo autor é a imensa indústria de produtos que se mostram presentes para o consumo de todas e formas diferentes. No hedonismo moderno, segundo Franco Filho (2009), quanto mais o indivíduo puder consumir, mais feliz ele será. E esta é a promessa imposta e embutida nas propagandas pelos meios de produção.

Segundo o autor, na atualidade o homem “deve” ser feliz. A obrigação de ser feliz se torna clara quando analisada a pressão que a sociedade faz ao influenciar o indivíduo ao consumo como formas de obter a felicidade. Mas, o dever é limitado, uma vez que padrões são impostos. Um exemplo claro é a obrigação de ser feliz estar condicionada ao fato de se ter um belo corpo que, por sua vez, está ligado a características estéticas determinadas por padrões determinados e preestabelecidos. Logo, o hedonismo moderno traz consigo, segundo Franco Filho (2009), a ideia de que o modelo para se alcançar a felicidade “padronizada” e “idealizada” acaba arrastando o indivíduo para a frustração, culpa e sensação de exclusão – consequência da tentativa de ser feliz.

Pois bem, após estas pequenas e sintéticas explicações sobre a felicidade, deve-se salientar que esta discussão não busca um conceito de felicidade, tal como fez o pensamento de vários filósofos e cientistas ao longo dos tempos, visto que tal questão é complexa e foge ao escopo do trabalho. O que vale salientar é a ideia de que alguns autores trabalham com a ideia de mensuração da felicidade.

Fonseca (2002) salienta que somente de alguns anos para cá, a partir do início da coleta sistemática de evidências e dados empíricos sobre o assunto, que um trabalho de investigação mais científico e rigoroso sobre a felicidade começou a ser desenvolvido.

Segundo o autor, existe uma dimensão objetiva, passível de ser publicamente apurada, observada e medida de fora, e que se reflete nas condições de vida registradas por indicadores numéricos de nutrição, saúde, moradia, uso do tempo, renda per capita, desigualdade, criminalidade, poluição e assim por diante; e há uma dimensão subjetiva, que é a experiência interna do indivíduo, ou seja, tudo aquilo que se passa em sua mente de forma espontânea enquanto ele vai vivendo e agindo no decorrer dos dias e que volta e meia ocupa a sua atenção consciente nos momentos em que ele se dá conta do que está sentindo e pensando ou reflete sobre a vida que tem levado.

A sociedade como um todo evoluiu monetariamente, praticamente todos enriqueceram (ainda que alguns mais que outros), mas a proporção de pessoas que se declaram felizes e infelizes se manteve teimosamente no mesmo lugar. A sociedade prosperou, mas a felicidade geral aparentemente estancou (FONSECA, 2002).

Fonseca (2002, p. 20) elucida esta reflexão, afirmando que o homem pode se indagar sobre:

Quais as relações entre o processo civilizatório e a felicidade humana? Os benefícios da civilização são tangíveis e passíveis de mensuração. Um conjunto expressivo de indicadores biomédicos, sociais e econômicos atesta os ganhos objetivos em termos de longevidade, saúde, escolarização, acesso a bens de consumo e tantos outros feitos derivados do processo científico e do aumento da produtividade. Mas quais têm sido os efeitos de todas essas brilhantes conquistas no tocante à felicidade, ou seja, tendo em vista a nossa satisfação em viver e o grau de realização que esperamos e alcançamos em nossas vidas? Até que o ponto a civilização moderna tem promovido ou dificultando a busca da felicidade? O que vem revelando o programa de pesquisa empírica sobre as relações entre indicadores objetivos e subjetivos de bem-estar? Existiram custos ocultos embutidos no processo civilizatório? E se inventassem uma “pílula da felicidade instantânea”, estaria resolvido o problema?

As pesquisas sobre felicidade mostram que a satisfação de certas necessidades básicas, como nutrição e moradia, têm fortes impactos positivos no bem-estar subjetivo das pessoas nas mais diversas culturas. Entende-se que acréscimos de renda sejam vitais para quem parte de um nível de renda absoluta muito baixa, mas a partir de certo ponto, ou seja, quando as necessidades biológicas primárias foram satisfeitas as pessoas passam a prestar mais atenção e se preocupar com as outras coisas. O que importa já não é tanto a renda absoluta, mas a renda relativa – a situação em que elas estão na comparação com os demais (FONSECA, 2002).

O fato de a felicidade ser uma experiência subjetiva não significa que não se deva buscar a máxima objetividade possível na tentativa de compreendê-la (FONSECA, 2002). O fato é que alguns agrupamentos humanos em condições materiais medíocres ou apenas toleráveis parecem desfrutar de um bem-estar subjetivo que surpreende o olhar civilizado. Corroborando com Sen (2010) afirma o autor:

Ninguém pode obrigar as pessoas a serem felizes desta ou daquela maneira. Elas é que devem escolher. Se preferirem uma vida mais simples, despojada e despreocupada, ótimo. Se preferirem se contentar com o que possuem a se atormentar pelo que não possuem, maravilha. Que sejam felizes. O que não podemos admitir é que alguém retire delas a possibilidade de escolha. (FONSECA, 2002, p.135).

Isto posto, após a discussão sobre felicidade, interessa saber que o que está em jogo nesta discussão não é o conceito puro de felicidade, embora este tenha sido explanado de forma panorâmica, mas sim o que os butaneses pensam ser felicidade, e que a partir desta ideia como formaram o índice FIB, estudado nesta discussão.

De acordo com Sachs (2012), a felicidade pode ser diferente em diferentes sociedades, e pode mudar e até mesmo oscilar de acordo com o tempo, o importante de salientar é que no pensamento butanês as causas da felicidade e conseqüentemente da infelicidade podem ser identificáveis e até mesmo podem ser alteradas através de ações de cunho governamental através de políticas públicas. Faz sentido pensar no aumento da felicidade, assim como para os economistas faz sentido pensar no aumento da renda bruta.

No pensamento butanês a felicidade é multidimensional. É coletiva e nunca individual – se aproxima bastante do conceito de “Cidade” em Aristóteles, segundo o qual um único homem era importante para a subsistência de toda a cidade, e a felicidade é o fim último que deveria ser buscado por todos, através da prática das virtudes em que o homem conseguiria se manter em equilíbrio.

Segundo Ura, Alkire e Zangmo (2012), no índice FIB, ao contrário de certos conceitos de felicidade na literatura ocidental atual, a felicidade não é medida apenas pelo bem-estar subjetivo, e não estritamente focada na felicidade que começa e termina com si mesmo e se preocupa com e para si mesmo. A busca da felicidade é coletiva, embora possa ser vivida profundamente de forma pessoal, ou seja, diferentes pessoas podem ser felizes, apesar de suas circunstâncias diferentes.

Ainda segundo os autores Ura, Alkire e Zangmo (2012), o conceito de felicidade do Butão é inovador porque parte de uma construção multidimensional, o que em si é relevante para a política e também por que está diretamente associado a um conjunto de ferramentas de rastreio de políticas e programas eficazes. O índice avalia a pobreza e a compara com as localidades mais desenvolvidas, a fim de não legitimar a pobreza como felicidade e sim, observar quanto falta para que estes que estão em áreas de vulnerabilidade possam alcançar os mesmos resultados dos demais, e, caso estes apresentem resultados melhores, é necessário verificar em que condições de vida estes resultados foram obtidos, a fim de não legitimar a felicidade como pobreza e privação de oportunidades.

2.2 Origem e características do FIB

Como se viu é difícil conceituar felicidade. Embora muitos autores tenham pensado sobre felicidade e se esforçado para mensurá-la ainda tem-se um quadro bastante abrangente do conceito. Todavia, o FIB é uma das concretizações desse esforço, ou seja, uma tentativa, ainda que em construção e limitada, de medir e avaliar a felicidade das coletividades.

O FIB encontra-se associado ao conceito de criação de um cenário movido por políticas públicas que seja propício ao alcance da felicidade. Ele mede o grau de satisfação material e o contentamento das pessoas, de uma forma geral. Esta ideia foi lançada em 1986 pelo rei do Butão, Jigme Singye Wangchuck, quando afirmou que a Felicidade Interna Bruta é mais importante que o Produto Interno Bruto.

Desde então, o reino de Butão, com o apoio do PNUD, começou a colocar esse conceito em prática e atraiu a atenção do resto do mundo com sua nova fórmula para medir o progresso de uma comunidade ou nação. Assim, o cálculo da “riqueza” deveria considerar outros aspectos além do desenvolvimento econômico, como a conservação do meio ambiente e a qualidade da vida das pessoas.

O FIB é baseado na premissa de que o objetivo principal de uma sociedade não deveria ser somente o crescimento econômico, mas a integração do desenvolvimento material com o psicológico, o cultural e o espiritual – sempre em harmonia com a Terra.

Desde 1970, o Butão utiliza uma fórmula diferenciada para avaliar a prosperidade nacional, que relaciona o bem-estar dos cidadãos à produtividade econômica do pequeno país

do Himalaia, promovendo uma nova economia, muito mais focada em conceitos de sustentabilidade e integração com o todo (sociedade).

Segundo Sachs (2012), a proposta do FIB está baseada em seis pontos fundamentais. O primeiro ponto que estimulou a criação do FIB foi vê-lo como uma alternativa ao desenvolvimento econômico, ou seja, precisava-se pensar o desenvolvimento em outras bases. O desenvolvimento na visão butanesa é amplo e confundi-lo com crescimento econômico (progresso) é um grande erro. A preocupação deve ser mais ampla – desenvolvimento social, humano, etc. Para isso, o índice pode contribuir na catalisação de informações importantes para a formulação de políticas públicas e lançar subsídios para a ação.

O segundo ponto, é que os indicadores podem orientar o desenvolvimento, ou seja, os indicadores devem servir de monitoramento em relação ao governo, suas políticas e suas ações, caso uma prioridade esteja sendo por demais priorizada e esta não está trazendo tanta felicidade. Daí a necessidade de se discutir a questão.

O terceiro ponto está relacionado à alocação de recursos. Em termos de metas, o Índice FIB pode mostrar o que irá faltar e também pode identificar as pessoas "menos felizes" e descrevê-las por idade, bairro, sexo, etc.; em termos de ferramentas de rastreamento, o indicador FIB pode ser usado como uma lista de verificação para transmitir em termos concretos os tipos de atividades e realizações que constituem a felicidade.

O quarto ponto, está relacionado a como a felicidade e o bem-estar são medidos. À medida que os indicadores (variáveis) foram compostos, estes têm como objetivo captar o bem-estar humano de forma mais ampla, diferente das medidas tradicionais de desenvolvimento econômico. O desenvolvimento tem que ser analisado em termos humanos e sociais, isso requer que a metodologia seja compatível com todo o público que será examinado.

O quinto ponto, é medir o progresso ao longo do tempo, ou seja, os indicadores que compõem o FIB não são estáticos e mudam ao longo do tempo. Alguns indicadores, por exemplo, devem estar diretamente ligados às mudanças políticas. O objetivo é analisar e ter isso como dado concreto, do progresso e do bem-estar, bem como seu nível global, que poderá ser observado e comparado ao longo dos anos. A mesma observação se aplica às desigualdades sociais, que poderão ser observadas ao longo dos anos, sendo dada às mesmas uma atenção especial se estão diluindo ou não.

Por fim, o sexto ponto, é comparar o progresso do país, se este está acontecendo ou está estagnado. O foco é prosseguir com a busca da felicidade, ou seja, o país precisa atingir os menos felizes e manter os felizes.

Ainda, segundo Sachs (2012), a sociedade vive em uma era de gigantes, de grandes monopólios que sustentam a economia. A sociedade tem avançado cada vez mais em tecnologias, contudo, é perceptível o número de pessoas que ainda estão privadas de necessidades básicas como alimentação, moradia e segurança etc. É notório através dos meios de comunicação que as sociedades estão cada vez mais buscando novos patamares de produtividade e crescimento, fazendo uso das tecnologias avançadas e de grandes organizações impelidas neste processo, mas também é notório que esta busca desenfreada pelo crescimento tem gerado prejuízos em diversos níveis para as sociedades.

Fazendo uma observação das grandes economias como Estados Unidos da América (EUA) e Japão pode-se notar que algumas delas têm alcançado bons resultados em termos de crescimento econômico, entretanto, o número de patologias da vida moderna, por sua vez, tem aumentado a cada ano. Diante do exposto, é pertinente remeter a Aristóteles que teorizou sobre a economia usando outras palavras para dizer que o ganho material por si só não garante o alcance das necessidades mais profundas do homem, sendo que a vida material e o consumo devem estar atrelados como meio e não como fim para atender às necessidades básicas do ser humano, promovendo o fim do sofrimento, a justiça social e a felicidade como objetivo último a ser buscado. Aparentemente o processo apontado por Aristóteles tem acontecido de maneira inversa.

Segundo Sachs (2012) ainda tendo os EUA como exemplo, o fato da economia do país ter alcançado ganhos relativamente altos em progresso econômico e tecnologia na metade do último século não significou ganhos significativos em termos de felicidade, com isso nota-se que o processo invertido tem predominado uma vez que as superpotências alcançam seus objetivos econômicos, porém não conseguem galgar, em sua maioria, seus objetivos sociais e de seus indivíduos. Segundo o autor, os EUA ganharam em caráter monetário, mas perderam em caráter de desenvolvimento, uma vez que as ansiedades são consideravelmente altas, a desigualdade social e econômica tem ampliado ano a ano, a confiança no governo tem declinado etc. O caso EUA, usado para elucidar o pensamento em questão, mostra que o enriquecimento através do PIB pode ser insignificante quando se trata

de FIB, visto que os níveis de satisfação com a vida não se alteram com o aumento da renda e quando se alteram, se estabilizam se tornando estáticos, sem novos ganhos.

O exemplo dado não deve ser observado como mera especulação e curiosidade e sim deve ser preocupação dos governos e pesquisadores do assunto. As tecnologias precisam estar voltadas para o melhoramento da vida humana e não como fonte especulativa do mercado. As economias devem ser vistas como um todo e não como partes segregadas onde alguns enriquecem e outros se mantêm na pobreza gravitando em torno da riqueza das potências mundiais. Logo, uma combinação entre bem-estar, inclusão social humana e felicidade devem ser pensadas para amenizar os percalços do crescimento, fazendo que este traga não somente benefícios monetários, mas também sociais, humanos, psicológicos etc.

Não se pode deixar a renda de lado, e não é isso que se questiona nesta discussão. Em uma economia pobre, o aumento da renda faz muito sentido, visto que através dela é possível o melhoramento das condições de vida. Os menos favorecidos sofrem privações dos mais diversos aspectos e com o aumento da renda estas privações são amenizadas. Uma vez que as privações são amenizadas os ganhos em felicidade aumentam, ficando nítido que o acesso às necessidades básicas e o aumento do bem-estar se correlacionam e se traduzem em felicidade. Todavia, considerando o lado oposto, a parte enriquecida de uma economia está com as barreiras das privações superadas e isso significa que o aumento da renda não trará ganhos significativos à felicidade, tornando-a estagnada, como Sachs (2012) salienta ter acontecido nos EUA.

Os processos de crescimento econômico e a busca por uma renda maior tem gerado uma série de questionamentos, sendo o maior deles o “ambiental”. Salienta-se que o aumento da renda através do aumento da produtividade, como salientado acima, não atinge a parte rica da sociedade, sendo assim os ganhos trazidos pelo crescimento analisados em curto prazo são contraditórios se analisados em longo prazo, uma vez que se obtém uma perda significativa de felicidade, como salienta Easterlin (1974)⁶. Para o autor, quando os

⁶ Easterlin (1974) possui um conceito chave na economia da felicidade conhecido como “Padroxo de Easterlin”, segundo o autor, os ganhos monetários elevados não estão correlacionados à felicidade em longo prazo. A explicação do autor é sintética: em um dado momento as pessoas com ganhos mais elevados estão propensas à felicidade, contudo uma vez que as necessidades básicas são supridas e a renda se torna não mais uma necessidade a felicidade se estagna. Sendo assim, a renda pode significar felicidade em curto prazo, mas não se aplica em longo prazo. O autor cita o caso dos EUA que manteve seu índice de felicidade congelado por meio século. Por fim, segundo o autor, quando o governo de uma determinada sociedade consegue eliminar as barreiras das necessidades básicas, este deve se ater ao desenvolvimento da felicidade, bem-estar e satisfação com a vida, sendo assim a preocupação se desloca do PIB para o FIB.

indivíduos experimentam um aumento na renda há um pico de felicidade (curto prazo), contudo, quando estes se adaptam ao novo orçamento a felicidade se congela (em médio ou longo prazo).

De acordo com estes pressupostos, vê-se que os parâmetros usados pelos países, baseados no crescimento do Produto Interno Bruto – progresso – são limitados quando comparados à felicidade. De acordo com este pensamento salienta Sachs (2012):

Mesmo que os ganhos de bem-estar possam ser obtidos pela renda, a evidência é muito grande que depois de certo ponto, os ganhos a mais são muito pequenos. A ideia-chave é conhecida como "utilidade marginal decrescente da renda." Suponha que uma família pobre em US \$ 1.000 lucro requer um extra de US \$ 100 para aumentar sua satisfação com a vida (ou a felicidade) por um ponto. Uma família rica em um milhão de dólares americanos de renda (mil vezes mais do que a família pobre) precisaria mil vezes mais dinheiro, ou US \$ 100.000, para aumentar o seu bem-estar, a mesma qualidade. Ganhos de renda tem que ser de proporções iguais de renda familiar para ter o mesmo benefício em unidades de satisfação com a vida. Este princípio significa que os pobres se beneficiam muito mais do que as pessoas ricas com um dólar adicional na renda. (Sachs, 2012, p. 5).

A lógica do PIB é cada vez mais criticada e diante disto é necessário pensar as chaves do PIB, ou seja, as chaves da Felicidade, e como esta se relaciona com a economia, ou em outros indicadores que sejam capazes de captar fatores extra econômicos. A humanidade tem se inserido em uma corrente consumista que cada vez mais atinge pessoas mesmo em localidades mais remotas. Pensar o PIB é pensar o todo e não as partes afirma Sachs (2012). É preciso pensar em outras formas de mensurar a riqueza e até mesmo discutir o que seria considerado riqueza em um país. Diante disso, Sachs (2012) indaga sobre quais deverão ser os rumos da humanidade do século XXI.

Há razões suficientes para acreditar que precisamos repensar as fontes econômicas de bem-estar, mais ainda nos países ricos do que nos pobres. Países de alta renda em grande parte esgotaram os flagelos da pobreza, fome e doença. Os países pobres justamente aspiram a fazê-lo. Mas após o fim da pobreza, o que vem a seguir? Quais são os caminhos para o bem-estar, quando as necessidades econômicas básicas não são mais os principais fatores de mudança social? O que vai guiar a humanidade: publicidade, sustentabilidade, comunidade, ou algo mais? Qual é o caminho para a felicidade? (SACHS, 2012, p. 7).

A maioria das sociedades e das pessoas que as compõem acredita que a felicidade deve ser alcançada pelos cidadãos. Os fundadores dos EUA defenderam o direito inalienável à busca da felicidade. Os britânicos falaram sobre o bem-estar para o maior número de pessoas possível. O Butão criou o índice de felicidade, objeto desta pesquisa, que nortearia as políticas do país, ou seja, vários são os eixos de discussão sobre a temática em questão, contudo ainda existe certo descompasso em como pensar esta felicidade, isto devido ao fato de muitos alegarem que esta seria subjetiva demais para ser mensurada ou até mesmo que a felicidade é algo individual e não uma questão de política nacional. Esta visão tem predominado no pensamento tradicional, todavia é debate entre os pesquisadores que esta mesma visão está mudando rapidamente devido ao fato dos países estarem se movimentando, embora em pequenos passos, rumo a um pensamento de que a felicidade deve ser calculada e servir como base para as tomadas de decisão de um país. Segundo Sachs (2012), as pesquisas têm avançado neste patamar, como o mesmo evidencia:

A geração de estudos de psicólogos, economistas, pesquisadores de opinião, sociólogos e outros mostrou que a felicidade, embora seja de fato uma experiência subjetiva, pode ser medida objetivamente. Estes avaliaram atos correlacionados com as funções cerebrais observáveis, e em que estes se relacionam com as características de um indivíduo e para a sociedade. Perguntando às pessoas se elas estão felizes, ou satisfeitos com suas vidas, oferece informações importantes sobre a sociedade. Ele pode sinalizar crises subjacentes ou forças ocultas. (SACHS, 2012, p. 7).

Os estudos em felicidade, tais como os que o Butão realiza gera relatórios sobre as condições de felicidade de uma sociedade inteira, analisando os aspectos de felicidade afetiva (questões relacionadas às emoções constantes na vida diária do indivíduo – dia a dia, tempo com a família, sexo, vantagens e desvantagens do trabalho) e de felicidade avaliativa (questões relacionadas à avaliação geral da vida do indivíduo que dão uma visão geral das diversas dimensões da vida – lugar na sociedade, saúde, uso do tempo, renda, satisfação com a vida, etc.). De fato, e o que é interesse das pesquisas do Butão, é que a felicidade tem causas que podem ser previsíveis e que a mesma se reflete nas ações tanto do indivíduo isolado como do indivíduo social.

De acordo com a métrica do Butão, conforme salienta Sachs (2012), a felicidade pode ser diferente em diferentes sociedades e esta pode mudar e até mesmo oscilar de acordo com o tempo, mas é importante salientar que para os estudiosos do Butão as causas da felicidade e conseqüentemente da infelicidade podem ser identificáveis e até mesmo podem

ser alteradas através de ações de cunho governamental através de políticas públicas. Faz sentido pensar no aumento da felicidade, assim como para os economistas faz sentido pensar no aumento da renda bruta.

Uma vez que foi mencionada a renda, vale salientar que esta é sim responsável por uma parcela da felicidade, contudo de forma limitada. Questões como a confiança na comunidade, saúde física e mental, qualidade do governo e Estado de direito são influenciadores da felicidade e possuem grande significância no aparato final de avaliação. No entanto, como pensar e saber se a sociedade está no caminho certo? Em resposta a esta indagação o FIB assume um papel que é objeto de nossa análise. Precisa-se de um conjunto de indicadores sintéticos que consigam ir além da velha métrica do PIB. No documento final elaborado pela ONU após a Rio+20 ficou clara esta necessidade. O relatório salienta que:

Parágrafo 111. Nós também reconhecemos as limitações do PIB como uma medida de bem-estar. Estamos de acordo para desenvolver e reforçar os indicadores complementares do PIB que integram as dimensões econômica, social e ambiental de uma forma equilibrada. Solicitamos ao Secretário-Geral para estabelecer um processo de consulta com o sistema das Nações Unidas e outras relevantes organizações (ONU, 2012).

Em resposta a esta solicitação da ONU algumas agências já se movimentam para avaliar a felicidade, tais como o *World Values Survey*, cobrindo até 65 países, o *Gallup World Poll* cobrindo 155 países, além de várias outras pesquisas nacionais e internacionais.

Alguns outros esforços já foram realizados por pesquisadores em relação à mensuração da felicidade, como Fitoussi, Sen e Stiglitz (2009) no Relatório da Comissão sobre a Medição do Desempenho Econômico e Progresso Social no ano de 2009. As pesquisas caminharam para a ideia de que é preciso superar a velha métrica do PIB, e, também, comprovaram que é possível coletar dados significativos sobre bem-estar de forma objetiva. De acordo com os pesquisadores o bem-estar engloba diferentes aspectos da vida humana e cada um destes deve ser mensurado para se ter uma apreciação geral da vida. Vale salientar que as medidas quantitativas desses aspectos subjetivos podem deduzir qual o caminho para uma boa qualidade de vida – felicidade - suas determinantes, além da renda. A mensuração de micro dados de felicidade leva a um aperfeiçoamento sobre as práticas atuais que o governo utiliza para a sociedade conquistar a felicidade, sendo assim, possível focar nas médias e em futuros resultados. Salienta, ainda, Fitoussi, Sen e Stiglitz (2009) que apesar de muitas

questões ainda não resolvidas, estas mensurações subjetivas fornecem importantes informações sobre qualidade de vida e felicidade e por isso merecem atenção.

Ainda, segundo Ura, Alkire e Zangmo (2012), se o governo não for capaz de criar felicidade para as pessoas, ele perde o sentido de existir como governo. Ainda salienta que o FIB é mais importante que o PIB.

Segundo os autores Ura, Alkire e Zangmo (2012) o FIB é um indicador que mede a qualidade de vida de um país de forma holística (geral) para além do PIB e acreditam que o desenvolvimento benéfico da sociedade humana ocorre quando o desenvolvimento material e espiritual ocorrem lado a lado, para complementar e reforçar-se mutuamente.

Como já citado, a felicidade para o indicador FIB é coletiva, ou seja, acredita-se que a felicidade é conjunta, e que não pode existir felicidade enquanto alguns sofrem, enquanto existir pobreza, e desigualdade. A felicidade para o indicador ainda está ligada a um pensamento íntimo com a natureza e o respeito e atenção com o outro. Nota-se que o pensamento butanês está muito próximo ao conceito de “cidade” em Aristóteles, uma vez que o filósofo grego pensou que a felicidade é o bem comum de todos dentro da pólis e que esta deve ser buscada por cada um dos membros da mesma, sendo cada um importante para a existência do outro.

Com salientam os autores Ura, Alkire e Zangmo (2012), o FIB é formado por nove pilares e a divisão se dá da seguinte forma: os três primeiros são ligados a uma perspectiva de desenvolvimento humano (padrão de vida, saúde e educação), os três seguintes estão ligados ao uso do tempo, à boa governança e à resiliência ecológica. Por fim, os três últimos são ligados ao bem-estar (felicidade geral, vitalidade comunitária e resiliência psicológica). Cada um dos domínios recebem 4 (quatro) variáveis totalizando um total de 34 variáveis (visto que um dos indicadores recebem uma variável a mais), por fim, os nove pilares recebem o mesmo peso na mensuração final, que por sua vez gera o resultado final do FIB.

Segundo, Ura, Alkire e Zangmo (2012), as 32 variáveis que foram divididas entre os 9 pilares foram selecionadas de acordo com 5 critérios diferentes que, por sua vez, foram articulados pelo centro de estudos do Butão como sendo mais importantes. Estes 5 critérios fazem parte do plano de desenvolvimento do Butão e são referentes a valores normativos que regem a cultura e tradição do país. Sendo assim, segundo os autores, o primeiro está relacionado às questões normativas do Butão. O segundo refere-se às propriedades

estatísticas, ou seja, cada indicador foi analisado para se garantir a robustez do FIB. O terceiro refere-se se à precisão, ou seja, se realmente se está atingindo o objetivo de captar com precisão a felicidade, computar se esta evolui, diminui ou está estagnada, de forma precisa em todos os lugares do país. O quarto refere-se à ação política, ou seja, o quanto o indicador irá mostrar as necessidades para a ação política aumentar o FIB. Por fim, o indicador deve ser compreensível para todos os cidadãos, de forma que o mesmo tenha conhecimento do que está sendo discutido, ou seja, o indicador deve estar relacionado à vida e experiências do homem comum, a saber, urbano ou rural. No Quadro 1 podem ser observadas os nove pilares do FIB divididos em variáveis:

Quadro 1: Os 9 pilares e as 32 variáveis do FIB

As 32 variáveis do FIB	
Padrão de vida	Bens Habitação Renda familiar per capita
Educação	Alfabetização Nível educacional Conhecimento Valores
Saúde	Saúde mental Auto-avaliação da saúde Dias saudáveis Incapacidade
Diversidade do Meio ambiente	Questão ecológica Responsabilidade ambiental Danos para a Natureza Questões de Urbanização
Boa governância	Desempenho Governo Direitos fundamentais Serviços Sociais A participação política
Uso do tempo	Trabalho Sono
Resiliência Cultural	Língua materna Participação Cultural Habilidades artesanais Conduta social
Vitalidade comunitária	Doações (tempo e dinheiro) Relacionamento comunitário

	Família Segurança
Bem-estar psicológico	Satisfação com a vida Emoção positiva Emoções negativas Espiritualidade

Fonte: Adaptado de LOUETTE (2009)

Dos 9 pilares e 32 principais variáveis são extraídos 72 indicadores que compõem o questionário para aplicação, tais podem ser visualizados no Quadro 2:

Quadro 2: Os 72 indicadores que constituem o FIB

Os 72 indicadores do FIB	
Padrão de vida	<ol style="list-style-type: none"> 1. Renda domiciliar 2. Renda suficiente para suprir a necessidade diária 3. Insegurança alimentar 4. Possuir casa própria 5. Quantos quartos possui a casa 6. Comprar roupas de segunda mão 7. Dificuldade em contribuir para as festas da comunidade 8. Postergar reparos urgentes e manutenção do seu ambiente familiar
Educação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Nível de educação 2. Taxa de alfabetização 3. Capacidade de compreensão 4. Histórico da alfabetização (conhecimentos regionais)
Saúde	<ol style="list-style-type: none"> 1. Auto relatos do estado de saúde 2. Longo prazo de deficiência 3. Saúde nos últimos 30 dias 4. Índice de massa corpórea 5. Conhecimentos sobre as formas de transmissão da AIDS 6. Tempo de amamentação exclusiva para as crianças 7. A distância percorrida a pé até o centro de saúde mais próximo
Diversidade do Meio ambiente	<ol style="list-style-type: none"> 1. Poluição dos rios 2. Erosão do solo 3. Métodos de eliminação de resíduos 4. Nomes e espécies de plantas e animais 5. Cercas vivas (árvores) ao redor de sua habitação
Boa governancia	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desempenho do governo central em reduzir as diferenças de classes 2. Desempenho do governo em combate à corrupção 3. Direitos de liberdade de expressão e opinião 4. Não discriminação de raça, sexo, religião, língua, política, etc. 5. Confiança nos ministérios centrais 6. Confiança nos <i>dzongkhag</i> (governantes) 7. Confiança na imprensa
Uso do tempo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Total de horas trabalhadas 2. Quantidade de horas de sono

Resiliência Cultural	<ol style="list-style-type: none"> 1. Qual a primeira língua a falar 2. Frequência com que brinca com jogos tradicionais 3. Aptidão para <i>Zorig Chusun</i> 4. Importância da disciplina para as crianças 5. Ensinar às crianças a importância da imparcialidade entre classes 6. Conhecimento da máscara e de outras festividades locais 7. Importância da reciprocidade 8. Matar 9. Roubar 10. Mentir 11. Mau comportamento sexual 12. Quantidade dos dias que reservou durante o ano para as festividades
Vitalidade comunitária	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sentimento de confiança em relação aos vizinhos 2. Vizinhos se ajudam dentro da comunidade 3. Trabalho de intercâmbio com os membros da comunidade 4. Socialização com os amigos 5. Os membros de sua família se cuidam entre si 6. Se o desejo era não fazer parte desta família 7. Os membros de sua família discordam muito entre si 8. Existe muita compreensão em sua família 9. Sua família tem recursos reais para lhe proporcionar conforto 10. Quantidade de parentes que vive na mesma comunidade 11. Vítima de crime 12. Sentimentos de segurança em relação a danos humanos 13. Sentimento de inimizade na comunidade 14. Quantidade de dias dedicados ao voluntariado 15. Quantidade de doação financeiras 16. Disponibilidade para o apoio social
Bem-estar psicológico	<ol style="list-style-type: none"> 1. Questionário geral sobre saúde 2. Frequência de orações 3. Frequência de meditação 4. Levar em conta o carma da vida cotidiana 5. Egoísmo 6. Inveja 7. Calma 8. Compaixão 9. Generosidade 10. Frustrações 11. Consideração de cometer suicídio

Fonte: Adaptado de LOUETTE (2009)

É preciso agora explicar cada um dos pilares e seus indicadores.

Bem-estar psicológico

Segundo Ura, Alkire e Zangmo (2012), o bem-estar psicológico é um estado intrinsecamente valioso e desejado. Os indicadores de bem-estar psicológico são

caracterizados de acordo com elementos refletivos ou afetivos, sendo importante a utilização de diversos indicadores de bem-estar para se obter um resultado mais completo. Afirmam ainda que diferentes aspectos do bem-estar (avaliações cognitivas de sua vida, felicidade, satisfação, emoções positivas, como alegria e orgulho, e emoções negativas, como dor e preocupação) devem ser medidos separadamente para se conseguir uma apreciação mais abrangente da vida das pessoas.

A satisfação com a vida combina avaliações subjetivas dos indivíduos em seus níveis de contentamento com relação à saúde, ocupação, família, qualidade de vida e trabalho. O Equilíbrio emocional (emoções positivas e negativas) é composto por dez itens emocionais que foram selecionados para esta variável. As emoções positivas, ou emoções não perturbadoras, como a compaixão, a generosidade, o perdão, o contentamento e calma foram incluídos como positivas, enquanto o egoísmo, inveja, raiva, medo e preocupação foram usados para representar emoções negativas. Na perspectiva budista, segundo Ura, Alkire e Zangmo (2012), as emoções negativas podem ser chamadas com mais precisão de “emoções perturbadoras”. Em espiritualidade são avaliadas questões sobre oração e meditação, vida em comunidade e uso do tempo, ou seja, quanto tempo é gasto com espiritualidade e ainda quanto deste tempo é gasto em comunidade.

Saúde

No indicador Saúde, que é pensada no Butão como associada à saúde física e mental (sem dissociação), ou seja, para os butaneses, segundo Ura, Alkire e Zangmo (2012), a saúde é o resultado do equilíbrio relacional entre mente e corpo. Geralmente, um indivíduo está “bem” somente se a dor estiver ausente do corpo e da mente. As condições sociais e materiais para a criação de boas condições de saúde, tais como ar limpo, água ou participação em relações familiares ou relações com a comunidade foram incorporadas neste indicador e em outros por serem primordiais para os butaneses.

Da mesma forma, o equilíbrio emocional e a espiritualidade são inseridos no indicador saúde. Este é composto pelo número de dias saudáveis que o indivíduo usufruiu em um espaço de tempo de 30 dias (mês). Ainda, em caso de doença em longo prazo, os entrevistados são questionados se tiveram alguma doença prolongada que durou mais de seis meses.

No que concerne à saúde mental, a variável é constituída por 12 questões que proporcionam uma possível indicação de depressão e ansiedade, bem como os níveis de confiança e concentração.

Educação

No que concerne à educação, os estudiosos do FIB, segundo Ura, Alkire e Zangmo (2012), destacam a importância de uma abordagem plural de educação que garanta aos cidadãos butaneses um conhecimento profundo sobre a tradição, valores comuns e habilidades em diversas práticas. Além de estudar a leitura, escrita, matemática, ciência e tecnologia, os alunos também são incentivados a participar de aprendizagens criativas e de expressão.

A educação integral vai além dos aspectos da educação formal convencional, a educação tem como função, mais diretamente, a tarefa de criar bons seres humanos. O indicador considera a alfabetização, ou seja, se são capazes de escrever e ler o que escrevem. Ainda é pensado neste indicador se o indivíduo é qualificado em alguma função, ou seja, se teve acesso à educação formal e se possui domínio em alguma habilidade específica.

O conhecimento cultural faz parte da análise deste indicador, ou seja, são avaliados se possuem conhecimento de lendas locais e histórias folclóricas, de festividades, canções tradicionais, da transmissão do HIV-AIDS e da Constituição.

No que se refere aos valores (que são aspectos educacionais), segundo Ura, Alkire e Zangmo (2012), este indicador considera cinco ações destrutivas como má educação: matar, roubar, mentir, criar desarmonia nas relações e má conduta sexual. Em uma sociedade influenciada por bons valores, por exemplo, pelo budismo, espera-se que as pessoas se controlem com relação às cinco ações destrutivas. Para os estudiosos do Butão, segundo os autores, as consequências morais de virtudes e não virtudes são tipicamente reveladas através da fala, corpo e mente e, no caso de desinformação, é enfatizada a expressão do rosto do entrevistado.

Cultura

A cultura esta é focada na tradição e tem como compromisso formar a identidade das pessoas de acordo com a tradição e os costumes do Butão. Por isso a preservação e promoção

da cultura têm sido considerada prioridade; tanto por parte do governo como do povo. A cultura, na visão butanesa, segundo Ura, Alkire e Zangmo (2012), não é apenas vista como um recurso para estabelecer somente a identidade, como mencionado acima, mas também para proteger o Butão de alguns dos impactos negativos oriundos da modernização que acabam destruindo a cultura local.

A diversidade cultural se manifesta de muitas formas, a saber, na linguagem, artes e ofícios tradicionais, festividades, eventos, cerimônias, drama, música, vestuário, postura e o mais importante: nos valores espirituais que as pessoas compartilham entre si. Para avaliar a força e vitalidade destes vários aspectos da cultura, quatro indicadores são considerados: a linguagem, habilidades de artesanato, a participação cultural e uma atividade que eles chamam de “o Caminho da Harmonia”.

A linguagem considera o idioma, ou seja, é medido por um nível de fluência na língua mãe e nos dialetos do Butão. Cabe esclarecer que a língua materna é definida como língua natal, que é um dialeto butanês. Existem mais de doze dialetos que circulam no Butão e apenas em partes ocidentais do país a língua materna não coincide com a língua nacional.

Nas habilidades artesanais, por sua vez, são avaliados o interesse e o conhecimento das pessoas em 13 artes e ou ofícios, a saber, segundo Ura, Alkire e Zangmo (2012), a tecelagem, bordado, pintura, carpintaria, escultura, fundição, ferraria, obras de bambu, alvenaria, obras de couro, fabricação de papéis, etc. O número de habilidades possuídas por um entrevistado é computado e essas habilidades são a base da cultura material histórica do Butão. Os entrevistados são questionados se possuem mais de uma destas 13 habilidades destacadas. Ainda, a participação sociocultural é avaliada nos questionários, sendo computados quantos dias os entrevistados participaram de atividades culturais e festividades em comunidade.

Uso do tempo

O equilíbrio entre trabalho remunerado e não remunerado e o lazer são importantes para o bem-estar segundo Ura, Alkire e Zangmo (2012). Da mesma forma, uma vida de trabalho flexível é vital para o bem-estar dos trabalhadores e às suas famílias, assim como a vida em comunidade.

Na pesquisa FIB, informações sobre como as pessoas usam seu tempo são coletadas ao ser pedido que os entrevistados recordassem suas atividades realizadas durante o dia anterior. Os entrevistados relatam as atividades que eles fizeram a partir do momento em que acordaram até a hora que dormiram no dia anterior da entrevista. Para cada atividade, os entrevistados são questionados quanto tempo durou a atividade. As atividades são agrupadas em 60 categorias diferentes que soma diferentes tipos de atividades, tais como trabalho, lazer, sono, cuidados pessoais e assim por diante.

Os dados de uso do tempo podem gerar uma série de informações importantes que, por sua vez, fornecem questionamentos sobre estilos de vida e as ocupações das pessoas. Também pode revelar a diferença entre o PIB e as atividades que não geram PIB, o que reflete a diferença entre setores da economia de mercado e economia doméstica. Nas horas de trabalho são inclusas até o trabalho que não é remunerado, como trabalhos voluntários, ajuda informal, etc. De acordo com o Ministério do Trabalho e Recursos Humanos do Butão, que oito horas são o limite de trabalho diário. O indicador tem como objetivo principal identificar se as pessoas estão sobrecarregadas de trabalho.

As horas de sono são consideradas fundamentais para a saúde do indivíduo. Sendo assim, oito horas é o desejado que o indivíduo durma em uma noite, conforme recomendado pela OMS.

Boa Governança

De acordo com Ura, Alkire e Zangmo (2012), foram desenvolvidos quatro medidas para pensar uma boa governança e estes incluem os direitos fundamentais, tais como: a confiança nas instituições, o desempenho das instituições governamentais e a participação política. Segundo os estudiosos do Butão, os indicadores de governança são bastante inovadores na combinação de atividades políticas relacionando-as ao acesso a serviços do governo.

A medida da participação política é baseada em dois componentes: a possibilidade de votar na próxima eleição e a frequência de participação em reuniões comunitárias. Os entrevistados são perguntados se vão votar na próxima eleição geral e as categorias de resposta são simplesmente "sim" ou "não" ou "não sei". De acordo com os estudiosos do

Butão, um indivíduo tem que informar "sim" nos critérios de voto e tem que comparecer pelo menos a uma reunião em um ano para ser classificado como suficiente na participação política.

Este indicador de boa governança tem como objetivo avaliar a percepção das pessoas sobre o funcionamento dos direitos humanos no país. As sete questões relacionadas com a liberdade política interrogam se às pessoas se sentem nos direitos de: liberdade de expressão e de opinião, o direito ao voto, o direito de participar de um partido político de sua escolha, o direito de formar ou ser membro de uma associação, o direito à igualdade de acesso e a oportunidade de participar do serviço público, o direito a igual remuneração por trabalho de igual valor, e ausência de discriminação com base na raça, sexo, etc.

A prestação de serviços é uma das variáveis do indicador de boa governança. A distância do centro de saúde mais próximo, o método de eliminação de resíduos, o acesso à energia elétrica e abastecimento de água potável, fazem parte, o objetivo é avaliar o acesso a esses serviços básicos, que no Butão são normalmente fornecidos pelo Estado, logo, é uma forma de avaliação a ação do governo.

São avaliados, ainda, se o governo oferece serviços de saúde, a distância até o posto de saúde mais próximo e o tempo gasto com a espera. Ainda, se as famílias possuem saneamento básico ou se jogam o lixo a céu aberto. Se as famílias possuem acesso à água potável e se o ar é bom.

Por fim, o desempenho do governo refere-se à avaliação subjetiva das pessoas sobre a eficiência do governo em diversas áreas. Para testar a percepção da prestação de serviços em geral no país os entrevistados são convidados a avaliar o desempenho do governo nos últimos 12 meses em sete grandes objetivos significantes de boa governação: emprego, igualdade, educação, saúde, combate à corrupção, meio ambiente e cultura.

Vitalidade da comunidade

O conceito de FIB inclui o capital social do país, que é sustentado por cooperativas de relacionamentos e redes sociais dentro da comunidade. De acordo com Ura, Alkire e Zangmo (2012), a comunidade vital pode ser descrita como um grupo de pessoas que apoiam e interagem positivamente uns com os outros.

Do ponto de vista do FIB uma comunidade deve possuir um forte relacionamento entre seus membros e no seio de suas famílias. Devem existir valores socialmente construtivos, devem oferecer e doar tempo e/ou dinheiro e, finalmente, deve ser salvo da violência e do crime. É vital que o voluntariado e doações de tempo e dinheiro sejam reconhecidos como ações fundamentais de qualquer desenvolvimento da comunidade. Os indicadores neste domínio abrangem quatro principais aspectos da comunidade: 1) apoio social, que retrata as contribuições cívicas feitas; 2) relações comunitárias, que se refere à ligação social e um senso de comunidade; 3) relações familiares e; 4) a sensação de segurança.

O apoio social avalia qual a tendência de ajuda que a comunidade tem em mente. O apoio social é mensurado pela indagação de quantas vezes a pessoa fez doações em dinheiro, doou tempo para ajudar no crescimento da comunidade e quais as práticas sociais desenvolvidas nos últimos 12 meses. Além do apoio social, a relação comunitária possui grande peso no indicador de vitalidade comunitária. Segundo Ura, Alkire e Zangmo (2012), é necessário que o butanês se sinta parte do grupo, pois somente assim ele irá protegê-lo e buscar o desenvolvimento do mesmo. A confiança é questionada, ou seja, para se viver bem em comunidade é necessário estar inserido em um processo de confiança, para isso, os butaneses questionam qual é o nível de confiança no outro. A segurança é fator crucial na vitalidade comunitária, visto que é necessário se sentir seguro para se estar bem.

Resiliência ecológica

O Butão sempre reconheceu o papel central que os fatores ambientais desempenham no desenvolvimento humano. É parte da obrigação de todos os butaneses contribuírem para a proteção do ambiente natural, a conservação da rica biodiversidade e prevenção de todas as formas de degradação ecológica, incluindo o ruído, a poluição visual e física. O indicador de resiliência ecológica inclui três indicadores subjetivos relacionados à percepção sobre os desafios ambientais, questões urbanas e responsabilidades, e uma pergunta mais objetiva, relacionada a danos à fauna e flora. De acordo com Ura, Alkire e Zangmo (2012), o objetivo deste indicador é fornecer informações ao governo em como agir de forma eficaz para manter o meio ambiente protegido.

Padrões de vida

O indicador de padrão de vida refere-se ao bem-estar material dos butaneses. Ele garante o cumprimento das necessidades materiais básicas para uma vida confortável. Segundo Ura, Alkire e Zangmo (2012), há uma ampla gama de indicadores utilizados na literatura para avaliar os padrões de vida, no entanto, para eles, para se ter uma análise em nível individual, o consumo real de bens e serviços é frequentemente o argumento mais preciso e utilizado. Usa-se três variáveis para avaliar os padrões de vida das pessoas, são: renda familiar per capita, os bens e as condições de habitação por pessoa. Bens incluem o gado, terra e eletrodomésticos, enquanto as condições de habitação estão ligadas à moradia.

Em suma, segundo Ura, Alkire e Zangmo (2012), estes são os pontos fundamentais na criação do FIB. O indicador deve ser sensível à ação pública, ou seja, os indicadores devem refletir as prioridades públicas diretamente, e tentar solucioná-las através de políticas públicas. Por fim, o indicador visa o desenvolvimento ao longo do tempo.

2.3 Estudo do caso Butão

O FIB é uma medida multidimensional e objetiva; serve como um arcabouço de políticas públicas e práticas que deram certo e pensar em outras que possam sanar as deficiências do desenvolvimento. O índice é construído a partir de dados obtidos diretamente das pesquisas de campo oriundas de questionários aplicados aos cidadãos do Butão. Os questionários são divididos por sexo, idade, residência rural ou urbana, renda, etc. Os resultados permitem a decomposição em vários níveis e são estudados pensando em como melhorar a situação de vida dos moradores.

Segundo, Ura, Alkire e Zangmo (2012), no índice FIB, ao contrário de certos conceitos de felicidade na literatura ocidental atual, a felicidade é em si multidimensional e social. A busca da felicidade é coletiva, embora possa ser vivida profundamente de forma pessoal, ou seja, diferentes pessoas podem ser felizes, apesar de suas circunstâncias diferentes.

O índice FIB é destinado a orientar políticas públicas de uma localidade para a felicidade, principalmente através da melhoria das condições das pessoas que ainda não foram felizes ou que não estão propensas (no território) à felicidade. Para os autores, o índice FIB

busca saber onde está a infelicidade ou como ela está surgindo. No que se refere à ação política, o índice FIB permite ao governo criar possibilidades de desenvolvimento da felicidade através de ações pontuais em que o suposto problema está localizado, para isso o FIB procura através da análise dos questionários aumentar o número de pessoas felizes e ou alcançar àquelas que por algum motivo não são felizes. Segundo Ura, Alkire e Zangmo (2012), o FIB deve alcançar os vários rostos que ainda não são felizes.

Para os criadores do FIB, a infelicidade está relacionada àqueles que receberam menos educação informal e ou não receberam educação específica sobre o uso do tempo, trabalho, cultura, não são suficientes em seus bens materiais ou não possuem uma vitalidade comunitária de participação e confiança e, ainda, por que não possuem sentimento de pertença ao país como comunidade de vida. Nota-se que os fatores são pontuais. Logo, em cada espaço que estes problemas sociais são identificados, é justamente ali que o governo e outras agências governamentais devem atuar.

Segundo Ura, Alkire e Zangmo (2012), todos os nove domínios são ponderados e considerados igualmente válidos para gerar a felicidade. O índice é um apanhado geral do que se quer descobrir sobre o país. O questionário é dividido em 72 indicadores e as pessoas, por sua vez, são divididas, após a tabulação dos dados em quatro grupos, sendo: infeliz, pouco feliz, bastante feliz e profundamente feliz. Segundo a metodologia do Butão e como salienta os autores, cortes são feitos nos grupos de 50%, 66% e 77%, sendo considerados “infelizes” aqueles pertencentes ao grupo que não conseguiram alcançar os 50% estabelecidos, felizes aos que chegaram aos 66% e muito felizes para os que estão na faixa dos 77%.

Para Ura, Alkire e Zangmo (2012), o governo dá maior atenção ao grupo que não atingiu a meta estabelecida, contudo vale salientar que os demais grupos não são deixados de lado, afinal a felicidade precisa ser mantida, por isso o questionário é aplicado periodicamente a fim de que as informações sejam colhidas e usadas para o melhoramento da sociedade. Vale salientar que o índice e o questionário não são fechados e estáticos, ou seja, são refeitos a cada necessidade apontada pela sociedade e ou diante daquilo que se pretende colher sobre a mesma.

Após a aplicação de um questionário os estudiosos do Butão tabulam os dados que são estudados para apresentação nas assembleias do governo. Segundo Ura, Alkire e Zangmo (2012), a análise parte da observação do lugar, sexo, ocupação, renda, dos mais felizes e alguns casos são tomados, por exemplo, usam uma amostra dos mais felizes para mostrar suas

características como: idade, bairro, ocupação, sexo, perfis, suficiência econômica, etc. O mesmo é feito com os infelizes. Fazendo esta tabulação, acredita-se que se pode partir para o pensamento das políticas de aperfeiçoamento do lugar. Segundo os autores, para além de ajudar a compreender melhor os diversos tipos de felicidade, o índice FIB foi criado primeiramente para fornecer orientações para aumentar a felicidade, particularmente, concentrando-se nas pessoas que ainda não foram felizes para que sua situação possa ser melhorada.

O índice FIB, assim como a filosofia que o sustenta e motiva, é uma garimpagem que busca mostrar por completo a vida das pessoas mais felizes buscando ir além da metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano, ainda, busca reunir alguns trabalhos inovadores de outras iniciativas que procuram medir o progresso humano em um planeta plural.

2.4 Outros indicadores de Felicidade

A mensuração da felicidade é feita, hoje, em diversos países. Algumas pesquisas abrangem quase todos os países, portanto, podem ser usados para se obter uma visão global da felicidade no mundo.

Segundo Helliwell e Wang (2012), esta contabilidade faz uso de medidas que englobam o bem-estar subjetivo, uma vez que procura observar a qualidade de vida das pessoas. Entende-se como bem-estar subjetivo uma gama de relatos individuais que envolvem a vida das pessoas, vale salientar que o bem-estar subjetivo varia de acordo com as necessidades e alcances obtidos na vida.

Por outro lado, segundo Helliwell e Wang (2012), pensar na palavra felicidade é pensar em um conceito que muitas vezes é usado de forma geral pelas sociedades. Há um risco ao se pensar felicidade relacionando-a com bem-estar subjetivo, visto que ambos expressam significados diferentes.

Pensando em bem-estar subjetivo pode-se dizer que, entre as várias medidas, deve-se distinguir fundamentalmente entre os aspectos positivos e os negativos que envolvem o bem-estar como um todo. Nota-se que, dentre estes aspectos cognitivos, as emoções negativas e as positivas devam ser analisadas de forma separada. Mas, se o que se pensa na sociedade atual está relacionado ao bem-estar subjetivo, como é que a felicidade pode entrar nesta classificação?

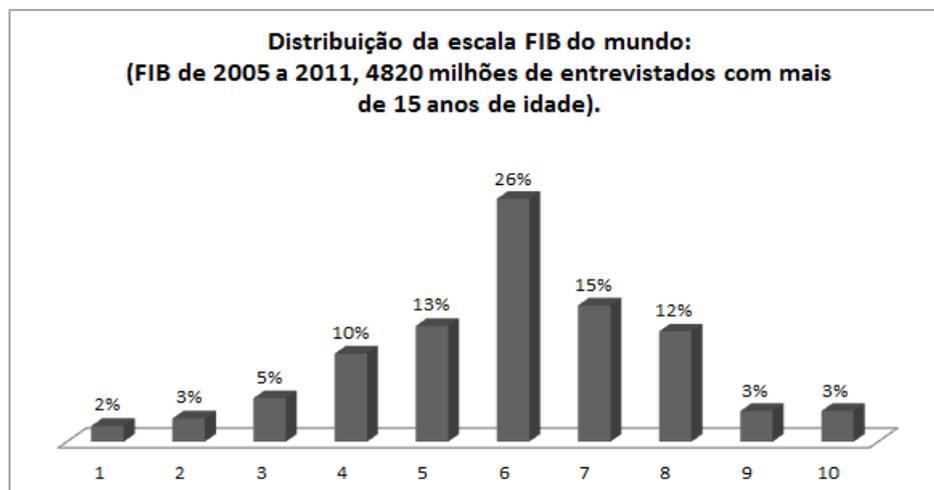
De uma forma ou de outra, ela entra sob a forma de três questionamentos: sobre a felicidade atual (Quão feliz você está agora), sobre a felicidade passada (Quão feliz você estava ontem?), e sobre a felicidade relacionada com a vida em seu estado global (Quão feliz você está com sua vida como um todo?), segundo Helliwell e Wang (2012).

Para os autores, ao se fazer estas perguntas sobre a felicidade de formas diferentes, as pessoas respondem a estes três tipos de pergunta sobre a felicidade de maneira, também, diferente, por isso é importante manter o controle do que está sendo perguntado. Acontece que as respostas diferem em aspectos que sugerem que as pessoas entendam o que está sendo solicitado e, assim, respondem de forma adequada. Quando as pessoas são perguntadas sobre sua felicidade hoje ou ontem, as respostas estão intimamente correlacionadas com atividades e eventos em suas vidas hoje ou ontem. Por outro lado, quando as pessoas são convidadas a responder como elas estão felizes com suas vidas no todo e frisando o hoje, as respostas correspondem muito de perto às respostas a outras avaliações similares da vida como um todo. Algumas pesquisas devem ser elencadas para entendermos o que se está pesquisando sobre felicidade no mundo.

O *Gallup*⁷ é considerado bastante completo na área da pesquisa sobre felicidade, logo, será mais explorado nesta discussão com o intuito de identificar outros indicadores que se propõem a tarefas semelhantes ao FIB. O Instituto vem desenvolvendo pesquisas em âmbito mundial sobre a felicidade. A metodologia do instituto segue a seguinte métrica: os entrevistados são convidados a avaliarem as suas vidas (qualidade) em uma escala de 10 pontos que variam de 0 a 10, com o baixo degrau da escada (0) sendo a vida pior possível para eles e 10 sendo o melhor possível. O Quadro 3 abaixo reúne as respostas de todas as pesquisas disponíveis do *Gallup* de 2005 até 2011 compiladas.

⁷ Instituto Gallup trabalha com o desenvolvimento de pesquisas de opinião pública. Surgiu nos EUA e existe no Brasil desde 1970.

Quadro 3: Distribuição da escala de felicidade no mundo segundo o Gallup⁸ (2012).



Fonte: Adaptado de HELLIWELL e WANG (2012).

Fazendo uma análise da imagem, nota-se que existem 10 colunas e no topo de cada uma das barras o número em porcentagem das pessoas que responderam o questionário *Gallup* sobre o nível de satisfação com a vida.

Mas o importante é que de acordo com os autores Helliwell e Wang (2012), a felicidade foi mostrada como um dado, algo passível de mensuração. E isto pode ser usado para melhorar os cenários com baixo índice de felicidade. A questão do *Gallup* se aproxima bastante do pensamento do Botão, visto que as medidas devem ser consideradas para que possam ser guiadas novas políticas públicas para melhoramento da qualidade de vida e elevação da felicidade.

Interessante destacar, observando as pesquisas do *Gallup* dos anos de 2005 a 2009, que países como Dinamarca, Finlândia, Noruega, Suécia e Holanda se apresentam no topo do *ranking* dos 25 países com maior nota ao que compete ao desenvolvimento, configurando entre os cinco primeiros conforme a ordem aqui descrita, contudo, quando estes países são analisados no que concerne à felicidade, na mesma escala de 25 países estes não lideram o *ranking* e oscilam entre 11^a e 23^a posições. Por outro lado, ocorre o inverso, países que pela escala no *Gallup* se encontram entre os mais carentes no desenvolvimento lideram a escala da Felicidade, tais como Panamá, Paraguai, Indonésia, Islândia e Namíbia, na mesma ordem aqui

⁸ Vale salientar que esta imagem é um ajuntamento de todas as respostas obtidas, não sendo tabuladas e divididas por países, e ainda, devido ao grande número de países abrangidos, a figura fornece a medida mais ampla do nível e da distribuição de felicidade mundial na segunda metade da primeira década do século XXI.

descrita. Com esta análise sintética das pesquisas do *Gallup* pode-se evidenciar que estes aspectos discrepantes reforçam a ideia de que a renda não implica necessariamente na felicidade e que o desenvolvimento (supostamente medido pelo PIB) não reflete a satisfação e felicidade em relação à vida. Nota-se que a relação entre o desenvolvimento e a felicidade é complexa e que países considerados “pobres” apresentam níveis elevados de felicidade, segundo o *Gallup*. O instituto indica que tais países se encontram numa escala maior de felicidade por possuir na sua cultura um forte sentido de solidariedade social, atenção no equilíbrio entre trabalho e lazer e sem grandes disparidades de renda. Entretanto, como explicar a correlação entre maior felicidade e menor desenvolvimento?

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – (OCDE) tem buscado, também de acordo com a ideia de felicidade, coletar entre os países as melhores práticas que conseqüentemente levam à felicidade. Tais práticas são trabalhadas em nível de políticas públicas, a fim de aumentar o nível de qualidade de vida, porém, segundo a organização, tais políticas devem ser contextualizadas de acordo com a necessidade de cada ambiente. Para isso, a OCDE criou um indicador de felicidade que busca unir os esforços para repensar a velha métrica do PIB. Ao criar o indicador de felicidade a OCDE deixa claro que este foi criado para concorrer, também, com o PIB e o IDH. O indicador da OCDE trabalha com variáveis bem parecidas com o FIB, tais como: saúde, ambiente, comunidade, habitação, segurança etc. Todavia, a organização não deixa claro qual o peso que é atribuído em cada um dos itens e, tampouco, divulga a metodologia aplicada.

Segundo Gurría (2013), secretário geral da OCDE, o índice inclui medidas objetivas e subjetivas e tem como objetivo elencar os países em um *ranking* de felicidade. Ainda segundo o secretário, a principal preocupação da OCDE está em elaborar novas diretrizes de mensuração do bem-estar e que o foco está em pensar melhores políticas que proporcionem às pessoas uma vida melhor – mais feliz.

O Índice Canadense de Bem-Estar – (ICBE), também semelhante ao FIB, é um indicador que procura medir dados objetivos e subjetivos. As dimensões incluem saúde do ecossistema, foco na saúde geral, no capital e na cultura. Considera-se que o PIB não leva em conta uma série de fatores extra econômicos, como a degradação do meio ambiente. Além destes indicadores, existem outros que se prestam ao mesmo serviço de mensurar aquilo que vai além do econômico Louette et al. (2009), como pode ser observado no Quadro 4:

Quadro 4 – Indicadores de felicidade e suas origens

Indicador	Sigla	O que é?	País de Origem
<i>Calvert-Henderson Quality of life indicators</i> do Calvert Group	-	É um índice de mensuração da qualidade de vida dos EUA, que considera tendências e resultados econômicos, ambientais e sociais, por meio de uma abordagem sistêmica.	EUA
O índice DNA Brasil do Instituto DNA Brasil	-	O índice tem como objetivo medir o progresso real e a qualidade de vida do País, em relação a uma situação ideal, projetada para ocorrer em 2029.	BRASIL
O <i>Environmental Vulnerability Index</i>	EVI	Um índice de vulnerabilidade do meio ambiente, tomado como base para o bem-estar humano.	Comissão de Geociência aplicada do Pacífico Sul (SOPAC) e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).
O <i>Genuine Progress Indicator</i>	GPI	Índice de mensuração do progresso das nações que considera os parâmetros de bem-estar e meio ambiente, criado como proposta de substituição do PIB.	EUA - GPI do grupo <i>Redefining Progress</i> .
<i>The Happy Planet Index</i>	HPI	É um índice que mostra a eficiência ecológica com a qual o bem-estar humano é obtido em todo o mundo, por nações ou grupo de nações.	Reino Unido - NEF - <i>New Economics Foundation</i>
<i>Index of Economic Well-Being</i>	IEWB	Índice proposto para medir o componente econômico do bem-estar social de forma mais realista e completa que os indicadores tradicionais como o PIB.	Canadá - <i>Centre for the Study of Living Standards</i>

<i>Index of Sustainable Economic Welfare</i>	ISEW	É um índice monetário que visa substituir o PIB como medida de progresso das nações e vai muito além da medida total das atividades econômicas, pois leva em conta o quanto as políticas nacionais realmente resultam em qualidade de vida para as pessoas.	Reino Unido - <i>Friends of the Earth</i> em parceria com <i>Centre for environmental Strategy – CES</i> e <i>New Economics Foundation – NEF</i>
<i>The Well-being of Nations do International Research Centre</i>	-	É uma nova análise da situação mundial – um levantamento que avalia 180 países, que mede o desenvolvimento humano e a conservação ambiental por meio de Avaliação de bem-estar.	Canadá – <i>IDRC International Research Centre</i> <i>IUCN – World Conservation Union</i>
Bem estar Brasil – <i>Well Being Brazil</i>	WBB	É um índice Criado pela Fundação Getúlio Vargas e procura elencar os estados do Brasil em seu nível de Felicidade.	BRASIL

Fonte: Adaptado de LOUETTE (2009).

Existe ainda, grande resistência sobre a importância ou necessidade de pensar a pesquisa sobre a felicidade. Diante disso, algumas considerações devem ser levantadas, a fim de pensar melhor esta questão. Demorou-se muito tempo para que o bem-estar subjetivo e a felicidade fossem pensados como vias confiáveis para criar políticas públicas. Segundo Helliwell e Wang (2012), uma razão é que assim como todos os parâmetros de medida demoram em se tornarem consistentes, o mesmo aconteceu com a questão da felicidade e; por isso, ainda está em processo o pensamento de que a pesquisa e os dados sobre felicidade possam ser úteis e que são indicadores confiáveis. A questão é que a felicidade precisa se mostrar consistente em suas mensurações para que seja considerada. O indicador precisa ser sintético e aceito pela comunidade científica, como o PIB e o IDH, por exemplo.

Sobre a confiabilidade das medidas de bem-estar subjetivo, Helliwell e Wang (2012) salientam que dentro da psicometria, a confiabilidade é avaliada pelo grau a que as mesmas perguntas produzem respostas idênticas quando feitas nas mesmas condições. A

reprodutibilidade das medidas de bem-estar subjetivo foram testadas em vários modos, em vários grupos, por isso, se mostram, segundo os autores, como válidas e passíveis de utilização. Pensar na validação destas respostas é o mesmo que pensar na pesquisa em felicidade. Segundo os autores, há três maneiras de julgar a validade das respostas sobre felicidade. A primeira maneira é observar até que ponto as respostas são plausíveis e até que ponto são relacionadas com as circunstâncias de vida e outras variáveis. A segunda é perceber em que ponto as respostas subjetivas podem ser correlacionadas com respostas objetivas e por último, é observar como as medidas podem prever resultados e comportamentos subsequentes.

O fato de que diferentes medidas de bem-estar subjetivo sejam explicadas por diferentes padrões e outras variáveis representa uma força e não uma fraqueza, por que, pesquisas como a do *Gallup*, mostram diferenças entre as condições de renda e as condições sociais (PIB e IDH), logo, a felicidade está sendo comparada com índices sintéticos, aceitos e usados pelos países. Ainda, Helliwell e Wang (2012) dizem que a mensuração da felicidade está extrapolando o subjetivo, uma vez que aspectos como as expressões faciais, padrões de ondas cerebrais, medidas de cortisol e padrões nacionais de suicídio são usados como parâmetros na comparação das respostas dos questionários de felicidade. Deve ser observada ainda a capacidade em que as medidas de bem-estar subjetivo podem prever eventos e comportamentos. Este fator é relevante por que a capacidade de avaliação da vida em grandes populações pode, por exemplo, prever frequências suicidas subsequentes fornecendo fortes evidências de que as avaliações de vida são importantes para o comportamento e cuidado com os eventos subsequentes.

Helliwell e Wang (2012) salientam que a felicidade pode e deve ser comparada entre indivíduos, nações e culturas. Para os autores, uma vez que os contextos sociais e institucionais são esses apoios importantes para o bem-estar, então se deve pensar que não haveria diferenças correspondentes de bem-estar nas comunidades, nações e culturas. Contudo, se essas diferenças nas interpretações de perguntas, ou no uso e significado das escalas de resposta, forem muito grandes, elas podem afetar julgamentos posteriores sobre onde e por que o bem-estar subjetivo é alto.

É preciso reunir dados de diferentes culturas e nações de forma que seja permitido aos pesquisadores fazer julgamentos sobre o provável grau de dificuldades em fazer

comparações em felicidade. Sendo assim, de acordo com Helliwell e Wang (2012), uma verificação básica, uma vez que dados comparáveis são montados, é avaliar até que ponto as respostas extraídas de diferentes nações e culturas parece ser influenciadas pelos mesmos fatores e na mesma medida.

Por fim, deve-se pensar se a felicidade é importante o suficiente para ser levada a sério. Mas, a pesquisa da felicidade às vezes é vista como tendo um "fator de risos", muito frívolo para um estudo sério.

Segundo Helliwell e Wang (2012), medidas de felicidade fazem parte de um esforço maior para entender o bem-estar. Embora haja sempre interesse intrínseco em descobrir como as pessoas são felizes, essas medidas serão de pouca ajuda, a menos que elas possam ser combinadas com outras informações suficientes para construir um entendimento do que se pode fazer para se obter uma vida melhor. Assim, muitos esforços nacionais e internacionais para medir e promover a felicidade foram criados dentro de estruturas mais amplas que envolvem a medição e comunicação de outras variáveis que se têm sido usadas como indicadores ou suportes para o bem-estar.

O estudo de caso do Butão mostra como as medidas de felicidade são parte de um quadro de felicidade maior que monitora muitas variáveis que foram encontrados para contribuir para uma maior qualidade de vida do indivíduo e da comunidade. Da mesma forma, a recente contabilidade da OCDE para o bem-estar nos países desse grupo inclui muitas outras variáveis. E no Reino Unido, embora tenha sido dada mais atenção ao bem-estar subjetivo, há também o reconhecimento da necessidade de recolher um conjunto muito mais amplo de informações relevantes para a compreensão e melhoria do bem-estar.

Diante do exposto pode-se perguntar: no quadro mais amplo de medidas de bem-estar, o que é especial sobre a felicidade e outros indicadores de bem-estar subjetivo? A característica distintiva da felicidade e outras medidas de bem-estar subjetivo é que elas oferecem às pessoas a oportunidade para informar sobre a qualidade de suas próprias vidas, refletindo suas próprias histórias, personalidades e preferências. Estas são sem dúvida as mais democráticas medidas de bem-estar, uma vez que não refletem o que especialistas e governos acham que deva ser uma boa vida, mas representam um julgamento pessoal direto do próprio povo. Visto por este prisma, a subjetividade da felicidade é para ser vista como uma força e não uma fraqueza.

Quando se pensa em um bairro, comunidade ou nação, a pontuação do bem-estar subjetivo pode, assim, ser vista como medidas diretamente democráticas da qualidade de vida individual e comunitária dentro dessa zona geográfica. Outras medidas de bem-estar e dos suportes previstos para uma vida feliz podem, então, fornecer os elementos necessários para explicar por que algumas vidas, e algumas comunidades, são mais felizes do que outras. A construção de uma base sólida de informações exige que as medidas de bem-estar subjetivo sejam recolhidas com frequência. No que concerne à geografia, as medidas são importantes e necessárias para entender melhor quais medidas são mais importantes para a vida daquela comunidade e quais devem ser buscadas para melhor bem-estar. Com isso, segundo Helliwell e Wang (2012), para serem mais úteis, as avaliações de felicidade devem ser feitas dentro de uma ampla variedade de pesquisas, uma vez que tais levantamentos podem, assim, proporcionar automaticamente uma série de descrições dos contextos sociais e econômicos da vida das pessoas. Estes, por sua vez, podem apoiar uma avaliação mais refinada do que fazer para tornar as comunidades mais felizes.

Por fim, a pesquisa em felicidade mostra grandes implicações para o mundo acadêmico, uma vez que seja o *Gallup*, o Butão, a OCDE, o Canadá, todos buscam apreender que tipo de felicidade é necessário pensar para que as instituições apliquem políticas públicas mais adequadas. Ainda buscam tabular os resultados pensando em quais são as melhores políticas que devem ser aplicadas. Logo, salientam Helliwell e Wang (2012), em primeiro lugar, a coleta em larga escala regular de dados de felicidade no contexto de uma variedade de pesquisas existentes permitirá o estabelecimento de valores de referência e as mudanças de tendência para o bem-estar subjetivo dentro e entre as nações e comunidades. Isso permitirá que consequências de eventos de bem-estar subsequentes e mudanças na política sejam mais bem avaliadas.

Em segundo lugar a análise destes dados em seus contextos econômicos e sociais permitirá estimativa mais abrangente da importância relativa dos diferentes fatores que provocam a felicidade. Estes, por sua vez, permitirão uma análise de custo/benefício que pode ser usada para pensar valores específicos para muitos aspectos da vida e especialmente do contexto social. A pesquisa resultante poderá ter implicações para as políticas macroeconômicas, melhorando a informação usada para avaliar a importância relativa dos diferentes objetivos macroeconômicos e, que o bem-estar calculado nos resultados pode ser

usado para sugerir formas alternativas de concepção e realização dos serviços públicos Helliwell e Wang (2012).

CAPÍTULO III

PIB X IDH: Evidência empírica a partir do Caso de Lorena/SP

3.1 Delimitação do Estudo

O presente estudo tem como cenário de pesquisa de campo a cidade de Lorena/SP. Lorena é uma cidade brasileira do estado de São Paulo, na Mesorregião do Vale do Paraíba. Distribuída em 413,7 km² chegando a um montante de 82.537 habitantes (IBGE, 2010). Neste cenário foi realizada a pesquisa de campo, foram aplicados questionários por amostragem, de forma aleatória, para aferir o índice FIB de bairros selecionados e apontados pela secretária de tributação da cidade, considerados como classes A, B e C.

3.2 Organização do Instrumental de Pesquisa

A pesquisa de campo foi realizada na cidade de Lorena. Para realizá-la foram elaborados questionários semiestruturados contendo os 9 pilares do FIB. O questionário foi uma adaptação do questionário original elaborado pelo Centro de Estudos do Butão, ou seja, foi necessária uma adaptação para aplicação, visto que cada ambiente econômico possui suas diferenças. Foi utilizado, também, para efeito de comparação, outro questionário, elaborado pela Universidade Federal de Lavras aplicado em 2011, também baseado no questionário do Butão. Com base nestes dois questionários foi elaborado o questionário próprio desta pesquisa.

O questionário que foi elaborado e aplicado é composto por 56 questões, sendo três delas referentes a dados sócio-demográficos dos entrevistados e as outras 53 distribuídas entre os nove pilares que compõem a escala FIB. Nas questões relacionadas a estes pilares foi utilizada uma escala do tipo Likert de quatro pontos e balanceada, sendo utilizadas em seus extremos expressões de significados opostos (sempre, frequentemente, raramente e nunca), a fim de se obter um contraponto entre as respostas. O questionário está disponível no ANEXO A.

O referido questionário foi aplicado na cidade de Cruzeiro/SP como piloto da pesquisa, a fim de testar as questões assim como analisar os instrumentos utilizados. O resultado no pré-teste pode ser observado no ANEXO B.

3.3 O levantamento de dados

A cidade analisada, Lorena/SP, possui uma população, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística – (IBGE), no senso de 2010, que está distribuída em 413,7 km² chegando a um montante de 82.537 habitantes. Para o cálculo da amostra foi utilizado o cálculo estatístico de tamanho amostral em populações finitas usando a Equação 1:

$$n = \frac{N \times \delta^2 \times Z_{\alpha/2}^2}{E^2 \times (N-1) + Z_{\alpha/2}^2 \times \delta^2} \quad (1)$$

Sendo:

n = Numero da amostra

N = Tamanho da população

σ^2 = Variância

E = Erro amostral

$Z_{\alpha/2}$ = Valor crítico correspondente ao grau de confiança, supondo distribuição normal.

Para o cálculo utilizou-se a população de Lorena, 82.537 hab., como N, o valor desvio padrão (σ) do estudo piloto de 0,28, o valor do erro amostral foi fixado em 5% e o $Z_{\alpha/2}$ para um intervalo de confiança de 95%, ou seja, $\alpha = 5\%$, de 1,96. Foi encontrado com esses valores um valor amostral de 120,29 pessoas, para garantir o erro menor que 5%, foi fixado um valor de amostra de 180 pessoas, o que significa um ‘E’ de aproximadamente 0,04 (4%).

Para níveis de comparação a cidade foi dividida em 3 setores, sendo estes chamados de A (classe alta), B (classe média) e C (classe baixa). Os bairros foram classificados de acordo com a necessidade da pesquisa e por informações cedidas pela prefeitura da cidade, com base em análises do setor de finanças. Diante da dificuldade da prefeitura em elencar os bairros por Classes A, B e C optou-se por fazer uma análise dos pagamentos de IPTU por bairro. Para

solicitação junto à prefeitura usou-se de um ofício, o qual pode ser visualizado no ANEXO C e cuja resposta pode ser visualizada no ANEXO D.

O setor de finanças elencou os bairros localizados em zona urbana e em zona rural, conforme classificação apresentada no ANEXO E, F e G. Após a análise do setor, ficaram definidos os seguintes bairros: Setor A: Vila Celeste, Setor B: Vila Nunes e Setor C: Ponte nova.

Os dados foram analisados por meio do software Statical Package for the Social Sciences – (SPSS 18.0). O método de análise utilizado foi o de variância (ANOVA), de acordo com as médias das respostas.

3.4. Resultados da Pesquisa Em Lorena/SP

Os questionários foram aplicados aleatoriamente, ou seja, não houve seleção prévia de sexo, idade, renda e escolaridade. Foram aplicados em bairros das classes escolhidas da cidade de Lorena/SP, no mês de julho de 2014, sendo que ao final a amostra distribuiu-se conforme indicado nas Tabelas 1, 2 e 3:

Tabela 1 - Distribuição da amostra por sexo em Lorena/SP⁹

Sexo	Masculino	71	39,4%
	Feminino	109	60,6%

Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 2- Distribuição da amostra por idade em Lorena/SP

Idade	Até 20	16	8,9%
	De 21 até 30	29	16,1%
	De 31 até 40	48	26,7%
	De 41 até 50	36	20,0%
	Mais que 50	51	28,3%

Fonte: dados da pesquisa.

⁹ A amostra foi escolhida de forma aleatória sem determinação prévia de público masculino e público feminino, isso justifica um numero maior de público feminino para a referida amostra.

Tabela 3 - Distribuição da amostra por Escolaridade em Lorena/SP

Escolaridade	Não possui	12	6,7%
	Fundamental Incompleto	42	23,3%
	Fundamental Completo	22	12,2%
	Médio Incompleto	6	3,3%
	Médio Completo	40	22,2%
	Superior Incompleto	13	7,2%
	Superior Completo	32	17,8%
	Pós-Graduação	13	7,2%

Fonte: dados da pesquisa.

Depois de tabuladas as respostas dos 180 questionários chegou-se a um valor de FIB de 2,09 o que caracteriza uma população local moderadamente feliz. O valor do FIB nas classes A, B e C, e o valor total estão apresentados nas Tabelas 4 e 5:

Tabela 4 - Valores de FIB total e por classes, e seus dados estatísticos de Lorena/SP

	Classe	FIB	N	Desvio Padrão	Variância
	A	2,09	60	,308	,095
	B	2,14	60	,280	,079
	C	2,03	60	,315	,100
	Total	2,09	180	,303	,092

Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 5 - Valores do FIB por pilar e total, para toda a amostra e para cada classe de Lorena/SP

	Classe A	Classe B	Classe C
Bem-estar psicológico	1,80	1,90	1,63
Saúde	1,98	2,33	2,15
Uso do tempo	1,89	2,37	1,88
Vitalidade comunitária	2,38	2,11	2,23
Educação	2,08	2,01	2,16

Cultura	2,28	2,26	2,53
Meio ambiente	2,36	2,39	2,12
Governança	2,52	2,37	2,41
Padrão de Vida	1,81	1,85	1,60
FIB TOTAL	2,09	2,14	2,03

Fonte: dados da pesquisa.

No que tange ao primeiro pilar: bem-estar psicológico, com base no questionário estruturado e aplicado, na Classe C de Lorena, encontram-se os indivíduos que estão mais satisfeitos com sua aparência, que frequentam ou participam de alguma atividade religiosa com regularidade, que possuem maior sentimento de otimismo e maior satisfação com a aparência, sentem-se mais reconhecidos pelas outras pessoas pelas suas qualidades, logo, os que possuem maior índice de bem-estar psicológico. O menor índice se encontra na Classe B.

Na Classe A de Lorena encontram-se os indivíduos com melhor índice relacionado à saúde. Desta forma, com base nos dados obtidos da aplicação, pode-se dizer que estes exercem mais atividades físicas, alimentam-se adequadamente com frutas, legumes, verduras, fazem mais exames de rotina e cuidam mais da saúde, o que conseqüentemente os levam a possuir menores queixas da aparência, peso, etc. O menor índice se encontra, também, na Classe B.

Ao que concerne ao uso do tempo, os indivíduos da Classe C apresentam os melhores resultados, estando por sua vez muito próximos dos indivíduos da Classe A e, mais uma vez os piores resultados estão concentrados na Classe B. Desta forma, os indivíduos da Classe C se mostram mais propícios a alcançar metas, chegam pontualmente aos seus compromissos, dormem bem e acordam bem, usam partes do dia cuja dedicação é exclusiva a si próprio. De outro lado, Classe B, se mostra com maiores problemas relacionados ao uso do tempo: não conseguem alcançar as metas estipuladas (apenas partes), não conseguem chegar pontualmente, não dormem bem e com isso não acordam bem e conseqüentemente são os que consideram o tempo do dia apertado para realizar todas as atividades.

Em relação à vitalidade comunitária, a Classe B mostra os melhores índices, dado curioso visto que apresentam os piores índices em relação ao uso do tempo, todavia, são os que se mostram mais próximos a amigos e familiares, conseguem lidar melhor com suas

emoções, fazem doações de tempo e de dinheiro e ainda participam de algum órgão de voluntariado e ou da vida comunitária da cidade. Ao inverso a Classe A, apresenta os piores resultados.

No pilar Educação, os indivíduos da Classe B apresentam os melhores resultados, visto que em termos sociais, conseguem perceber melhor quando alguém precisa de ajuda, mantêm tradições de família, se preocupam com os direitos dos idosos, jovens e crianças. Por outro lado, colocam em prática os valores morais e éticos aprendidos na escola em busca de uma sociedade melhor, se dedicam mais à leitura e a atividades culturais. Do outro lado os indivíduos da Classe C apresentam os piores resultados.

No que se refere ao pilar Cultura os indivíduos da Classe B (muito próximo da Classe A) apresentam os melhores resultados, com isso pode-se dizer que praticam algum artesanato tradicional, se relacionam mais com pessoas de outras culturas, frequentam shows, teatros, cinemas e outros com maior regularidade, experimentam comidas de outras localidades. Os indivíduos da Classe C apresentam os piores resultados.

De acordo com os dados da pesquisa, ao que se refere ao meio-ambiente os indivíduos da Classe C apresentam melhores resultados, com isso pode-se dizer que costumam se preocupar com o desperdício de água, realizam a coleta seletiva, utilizam meios ecológicos de locomoção. A Classe B apresenta os piores resultados.

Sobre governança os indivíduos da Classe B apresentam os melhores resultados, o que pode concluir que procuram se informar mais, acreditam que possuem os direitos respeitados, pensam no futuro do planeta, se sentem seguros onde moram, participam da vida política de onde moram, e consideram suficientes os investimentos do governo onde moram. Em contrapartida a Classe A apresentam os piores resultados.

Por fim, ao que se refere ao padrão de vida, os indivíduos da Classe C apresentam os melhores resultados, considerando-se assim, mais confortáveis, com salários adequados, conseguem controlar o orçamento, compram o que desejam, conseguem economizar, gostam do trabalho que exercem e traçam planos para o futuro. Os indivíduos da Classe B apresentam os piores resultados.

De modo geral, fazendo uma análise dos resultados obtidos, a Classe C (2,03) apresenta maior índice de felicidade entre as outras duas classes, a saber, Classe A (2,09) e Classe B (2,14). Esta conclusão se mostra intrigante por um lado, visto que a Classe C se

mostrando a mais carente apresenta melhor índice de felicidade, tal fato pode ser considerado um indicativo de que a classe social a que pertence um indivíduo exerce influência no nível de sua felicidade.

Por outro lado, ao se testar estatisticamente a diferença entre as classes, para um $\alpha=5\%$, não foram encontradas diferenças significativas. Esse resultado corrobora o estudo piloto que para a cidade de Cruzeiro também não identificou diferenças significativas entre as classes estudadas. Isso indica concretamente o distanciamento da felicidade em relação ao capital, e posiciona o nível de felicidade muito mais próximo às escolhas e opções que a pessoa faz diariamente.

Ao analisar as questões individualmente fica claro que apesar de na análise global o FIB não demonstrar diferença entre as classes, em alguns pontos que o compõem há diferenças significativas.

Esse estudo, para a cidade de Lorena, mostra que o FIB pode ser um indicador interessante para complementar o IDH e o PIB, e analisar de forma mais completa e concreta a situação de uma população, pois é possível analisar questões particulares de cada comunidade e assim identificar melhor os pontos fortes e fracos percebidos por indivíduos de diferentes classes no âmbito de sua cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico foram por muito tempo confundidos e, desde a II Guerra Mundial, no entanto, aprofunda-se a distinção entre eles. Do ponto de vista da mensuração do desenvolvimento o PIB é um indicador puramente econômico e que deixa de lado uma série de fatores importantes que não entram na soma. O IDH, por sua vez, é um avanço, embora apresente, também, limitações. A análise teórica e a aplicação concreta do FIB, entretanto, mostram que ele pode ser um indicador complementar ao PIB e ao IDH e auxiliam na formulação de políticas públicas.

O FIB mostra aos governantes os caminhos que podem ser tomados para dirigir a comunidade. Lembra-se que não se trata de uma fórmula mágica para criação de felicidade e sim de um preparo para que ela possa acontecer. Por exemplo: se um determinado governo, como salienta Meneghetti (2010) notar que as medidas de felicidade não estão condizendo com as medidas do PIB, este pode concentrar seus esforços na melhoria de políticas públicas que gerem felicidade – e isso o FIB pode identificar. Se, ainda complementando o exemplo, o PIB de o local apresentar bons resultados, mas o índice FIB não apresentá-los, e no índice FIB ficar claro que os habitantes possuem baixo nível de satisfação positiva, as políticas públicas podem ser demandadas para melhoria do dia a dia e da qualidade e lazer das pessoas – que aumentam a satisfação positiva. Diante do exposto, nota-se que o FIB pode ser útil e complementa os demais indicadores.

Apesar disso, pode-se constatar que o FIB ainda não foi aceito pela comunidade acadêmica, que o critica elencando motivos tais como: o FIB não possui uma definição quantitativa exata e ao contrário do PIB não pode ser apenas replicado de um local para outro, pois necessita de uma série de adaptações, visto que as culturas são diferentes e o FIB foi pensado de acordo com os moldes da cultura budista. Além disso, alega que os índices de felicidade de um local para outro mudam muito e não

seria possível colocar todos os países em um ranking de felicidade. O FIB não pode propor uma medida que possa ser comparada entre países, uma vez que as métricas devem ser diferentes, isso coloca sua metodologia em xeque, ou ao menos a necessidade de ser reformulada a cada aplicação. O PIB é um indicador sintético, assim como o IDH é. Todavia o FIB não é um indicador sintético ainda, pois está em construção e precisa ser aceito pela

comunidade acadêmica. Mas, não se pode deixar de lado sua importância enquanto indicador e seu avanço em relação ao PIB.

Outro dos problemas que se pode elencar em relação ao FIB, e este foi experimentado na prática é sua difícil operacionalização – este é um processo longo e demorado. Primeiramente, o questionário precisa ser adaptado, e após tem de ser aplicado um a um em cada um dos moradores do ambiente que se deseja obter o resultado. Após os dados em mãos estes passam por um grande processo de tabulação. Acredita-se que estas questões de operacionalização ainda sejam melhoradas, visto que o índice ainda é recente e está em constantes mudanças.

Pode-se dizer que as discussões sobre o FIB ainda são bastante embrionárias e que precisam ser aprofundadas.

É nítido que o FIB se mostra como uma importante alternativa metodológica em relação ao PIB e o IDH e que o que ele se propõe é uma necessidade que deverá ser enfrentada. Espera-se que este trabalho sirva de parâmetros para que outros se sintam encorajados a discutir a felicidade dentro de uma economia de mercado ou políticas públicas para a felicidade das pessoas. Enfim, espera-se que este trabalho não seja apenas um exercício acadêmico, mas que realmente contribua para pensar em formas de se criar felicidade para as pessoas e que metodologias da mensuração da felicidade sejam mais bem elaboradas e aplicadas futuramente.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

ALEGRIA, R. O futuro reinventa valores. In: LOUETTE, A. (Org.) **Indicadores de Nações: uma contribuição ao diálogo da sustentabilidade**. 1ª ed. São Paulo: Willis Harman House, 2009.

ARNDT, H.W. Economic Development: a semantic history. In: **Economic Development and cultural change**. Vol. 29. Nº3 (Apr. 1981) – p. 457 – 466.

BROWN, L.R. et al.; **State of the world**. Nova York: W.W. Norton, 1996.

CAPRA, F. **The Turing point: science, society, and the rising culture**. Nova York: Simon & Schuster, 1982.

DALY, H.E. **Beyond growth: the economics of sustainable development**. Boston: Beacon, 1996.

DALY, H. **Ecological Economics and Sustainable Development**: Selected Essays of Herman Daly. Cheltenham, UK, e Northampton, Mass., USA: Edward Elgar. 2007

DEHEINZELIN, L. Economia criativa e a reinvenção da economia. In: LOUETTE, A. (Org.) **Indicadores de Nações: uma contribuição ao diálogo da sustentabilidade**. 1ª ed. São Paulo: Willis Harman House, 2009.

DOWBOR, L. **O debate sobre o PIB**: estamos fazendo a conta errada. S.I.: PUC, 2009.

EASTERLIN, R. Does Economic Growth Improve the Human Lot? Some Empirical Evidence. In Paul A. David and Melvin W. Reder, eds., **Nations and Households in Economic Growth: Essays in Honor of Moses Abramovitz**, New York: Academic Press, 1974.

EPICTETO. **A arte de viver**: uma nova interpretação de Sharon Lebell. Tradução Maria Luiza Newlands da Silveira. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

EPICURO. **Carta sobre a felicidade**: a Meneceu. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

FONSECA, E. G da (Org.). **Felicidade: diálogos sobre bem-estar na civilização** – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

_____. **O subdesenvolvimento revisitado.** In: Economia e Sociedade. 1ª ed., Campinas, 1992, p. 5-19.

_____. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico estrutural.** 3ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2000a, p. 9-40.

_____. **Reflexões sobre a crise brasileira.** Rio de Janeiro, USP, 2000b.

_____. **A saga da SUDENE: (1958-1964).** Arquivos Celso Furtado, v. 3, Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o desenvolvimento, 2009.

FRANCO FILHO, Odilon de M. **A civilização do mal-estar pela não felicidade.** São Paulo: Rev. Bras. Psicanálise. Vol. 43, n. 2. p. 183-192, 2009.

GADREY, J. **Os novos indicadores de riqueza.** São Paulo: Editora SENAC, SP, 2006.

GURRÍA, A. Medindo bem-estar para o desenvolvimento e formulação de políticas. In: **4º Fórum Mundial da OCDE sobre estatísticas, conhecimento e Política.** OCDE, 2013.

HATHAWAY, M et al.; **O tao da libertação: explorando a ecologia da transformação.** Tradução de Alex Guilherme, prefácio de Fritjot Capra: Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

HELLIWELL, J. WANG, S. et al. The state of world happiness. In: **World Happiness Report.** The Earth Institute Columbia University, 2012.

HERCULANO, S.C. Qualidade de vida e seus indicadores. In: **Qualidade de vida e riscos ambientais.** Niterói: Eduff, 2000.

JAPIASSÚ, H. et al. **Dicionário básico de Filosofia.** 5. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LATOUCHE, S. **Pequeno tratado do crescimento sereno.** São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LEAMER, E. **Macroeconomic Patterns and Stories: A Guide for MBAs.** New York: Springer Publications, 2009.

LOUETTE, A. (Org.) **Indicadores de Nações: uma contribuição ao diálogo da sustentabilidade.** 1ª ed. São Paulo: Willis Harman House, 2009.

MALTHUS, Thomas Robert. 1777 – 1834. **Princípios de economia política.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANKIW, N.G. **Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia.** Ed Campus. Rio de Janeiro. 1999.

MENEGHETTI, A. N. **O índice da Felicidade: evolução e crítica.** PUCRS. 2010.

OTAVIANI, M. C. Jeremy Bentham: Prazer e dor – como mensurá-los? In: **História da Ciência e Ensino: construindo interfaces** – Revista: Volume 1: PUC, São Paulo, 2010, p 7-15.

ONU (Organização das Nações Unidas). **IDH** – Índice de desenvolvimento humano. Disponível em: <http://www.un.org> – Acesso em 15-10-2014

PIMENTA, C.A.M. **Tendências do desenvolvimento**: elementos para reflexão das dimensões sociais na contemporaneidade. Itajubá: UNIFEI, 2013.

PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano 2013**. Tradução de Camões instituto de cooperação e da língua. Portugal. Ministério dos Negócios estrangeiros, 2013.

ROEGEN, G. N. **O Decrescimento: entropia, ecologia, economia**. SENAC, 2012.

ROSTOW; W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. 6ª edição; Zahar, 1978.

SACHS. et al. In: **World Happiness Report**. The Earth Institute Columbia University, 2012.

SACHS, Ignacy. **Espaços, Tempos e Estratégias do Desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SANDRONI, Paulo (Org.). **Novíssimo dicionário de economia**. Editora Best Seller, São Paulo, 1999.

SANTAGARDA, S. Indicadores sociais: uma primeira abordagem histórica. **Pensamento Plural**. Pelotas nº 01, jul/dez. 2007.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

STIGLITZ, J.E; SEN, A.; FITOUSSI, J-P. **Report by the commission on the measurement of economic performance and social progress**. Paris: Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress, 2009. Disponível em: http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/rapport_anglais.pdf Acesso em: 30 mar 2014.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SMITH, A., 1723-1790. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, Volume 2, 1985.

URA, K. ALKIRE, S. ZANGMO, T. et al. Case study: Bhutan Gross National Happiness and the GNH index. In: **World Happiness Report**. The Earth Institute Columbia University, 2012.

WALLERSTEIN, I. **Após o liberalismo**: em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

ANEXO A



FIB

Lorena - 2014

Olá meu nome é (DIGA SEU NOME) estamos desenvolvendo uma pesquisa junto a Universidade Federal de Itajubá, no âmbito do programa de mestrado em desenvolvimento, tecnologias e sociedade. A pesquisa tem como objetivo analisar o nível de felicidade das pessoas de Cruzeiro. Sua opinião é muito valiosa. Podemos começar?

1. Sexo: a- Masculino [] b- Feminino []

2. Idade:

a- [] Até 20 anos

d- [] 41 a 50 anos

b- [] 21 a 30 anos

e- [] mais que 51

c- [] 31 a 40 anos

3. Escolaridade:

a- [] Não possui

e- [] Ensino Médio completo

b- [] Fundamental incompleto

f- [] Superior incompleto

c- [] Fundamental Completo

g- [] Superior Completo

d- [] Ensino Médio incompleto

h- [] Pós-graduação

SESSÃO 1 – Citarei um conjunto de perguntas sobre seu BEM ESTAR PSICOLÓGICO e preciso que você dê sua opinião com base na escala que eu estou te mostrando. ***(Mostrar escala)***

ESCALA →

1. Sempre
2. Frequentemente
3. Raramente
4. Nunca

COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ...	AVALIAÇÃO
4. Está satisfeito com sua aparência	
5. Você frequenta ou participa de alguma atividade religiosa	
6. Vê o lado positivo das coisas	
7. Você sente que é importante para outras pessoas	
8. Você se sente otimista	
9. Você sente orgulho do caminho que traçou até agora	
10. Você é reconhecido(a) por suas qualidades	
11. Quando você está realizando atividades se irrita pela demora nos serviços?	

SESSÃO 2 – Agora citarei um conjunto de perguntas sobre sua SAÚDE:

COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ...	AVALIAÇÃO
12. Exerce atividades físicas	
13. Alimenta-se adequadamente (verduras, frutas, etc).	
14. Queixa-se da aparência, peso, e forma atual do corpo.	
15. Os seus dias são saudáveis (tem uma vida saudável)	
16. Faz exames de rotina para avaliar o estado de saúde	

SESSÃO 3 – Agora vou citar um conjunto de perguntas sobre o USO DO TEMPO:

COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ...	AVALIAÇÃO
17. Costuma alcançar as metas estipuladas	
18. Programa-se e chega pontualmente em seus compromissos	
19. Dorme bem e acorda bem disposto	
20. Reversa um tempo do dia somente para você	
21. Considera o tempo apertado para realizar as atividades diárias	

SESSÃO 4 – Agora vou citar um conjunto de perguntas sobre sua VITALIDADE COMUNITÁRIA:

COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ...	AVALIAÇÃO
22. Encontra com amigos e familiares	

23. Consegue lidar com suas emoções	
24. Faz doações de tempo ou dinheiro	
25. Participa de algum órgão e ou programa de voluntariado	
26. Participa da vida de sua comunidade (rua, cidade).	

SESSÃO 5 – Agora vou citar um conjunto de perguntas sobre sua EDUCAÇÃO:

COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ...	AVALIAÇÃO
27. Consegue perceber quando alguém precisa de ajuda	
28. Mantem alguma tradição de família	
29. Você se preocupa em saber sobre os direitos dos idosos/deficientes/crianças	
30. Você coloca em prática os valores éticos, morais e integros ensinados pela escola, sempre em busca de uma sociedade melhor.	
31. Você dedica algumas horas semanalmente para atividades educacionais, seja, escolar, musical, cultural.	
32. Separa um tempo do dia para se dedicar aos estudos e leitura	

SESSÃO 6 – Agora vou citar um conjunto de perguntas sobre CULTURA:

COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ...	AVALIAÇÃO
33. Pratica algum artesanato ensinado pelos pais.	
35. Gosta de se relacionar com pessoas de outras culturas	
35. Frequenta shows, teatros, cinemas, zoológicos ou qualquer outra atividade cultural.	
36. Experimenta comidas diversificadas vindas de outras culturas.	
37. Costuma sair de férias com a família.	

SESSÃO 7 – Agora vou citar um conjunto de perguntas sobre MEIO AMBIENTE:

COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ...	AVALIAÇÃO
38. Joga lixo na rua ou em terrenos baldios	
39. Costuma se preocupar com o desperdício de água	
40. Adota a prática da coleta seletiva	
41. Você utiliza meios ecológicos para se locomover (bicicletas, ônibus, a pé, etc.)	
42. Ao comprar um produto, leva em consideração se a empresa é sustentável.	

SESSÃO 8 – Agora vou citar um conjunto de perguntas sobre GOVERNANÇA:

COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ...	AVALIAÇÃO
43. Procura se informar sobre acontecimentos no Brasil e no mundo	
44. Você acredita que seus direitos são respeitados	
45. Em suas atitudes pensa no futuro do planeta	
46. Você se sente seguro em seu bairro	
47. Participa da vida política do seu bairro	
48. Você considera suficientes os investimentos do governo em seu bairro	

SESSÃO 9 – Agora vou citar um conjunto de perguntas sobre seu PADRÃO DE VIDA:

COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ...	AVALIAÇÃO
49. Considera seu salário adequado	
50. Tem uma vida confortável - o ganho compensa os gastos	
51. Controla seu orçamento	
52. Consegue economizar/poupar	
53. Compra as coisas que deseja	
54. Gosta do trabalho que exerce	
55. Você costuma traçar planos para o futuro	
56. Você se sente feliz?	

DATA: ____/____/____

SETOR [____] - ENTREVISTADOR [____] - QUESTIONÁRIO [____]

ANEXO B

Pré-teste em Cruzeiro/SP

Os questionários foram aplicados em três classes da cidade de Cruzeiro/SP (cidade escolhida como pré-teste do instrumento de pesquisa), cuja percepção de renda leva à distinção entre baixa, média e alta. Não houve nenhum tipo de seleção e ou escolha do público, sendo que o questionário foi aplicado de forma aleatória. Tomou-se o cuidado para que pelo menos 80% das ruas fosse inclusas na pesquisa para que a amostragem tivesse maior significância.

Além da aplicação dos questionários objetivos, alguns moradores (uma média de 3 por cada classe social) foram entrevistados, em um formato descontraído, parecido como uma conversa informal, nestas entrevistas foi possível identificar alguns pontos relevantes para esta análise, que serão descritos a seguir.

Vale ressaltar algumas dificuldades da aplicação, tais como tipo do público e formato das perguntas. Primeiramente, vale salientar que o público da Classe C ofereceu grande resistência ao responder os questionários. Ao notarem que os questionários estavam sendo aplicados, automaticamente eles associaram a presença do pesquisador à imagem da prefeitura e, logo, não queriam responder e tampouco manter sua presença na comunidade. Contudo, a aplicação do questionário foi facilitada por uma espécie de líder comunitário. Este bloqueio não foi encontrado na cidade de Lorena.

A mesma resistência ao responder o questionário foi encontrada na Classe A, contudo, a problemática geralmente estava em torno do “uso do tempo”, sempre estavam prontos para sair, ou chegando, ou cuidando dos filhos. Uma frase em umas das entrevistas foi “trabalho o dia todo, não tenho tempo para ficar com meu filho e, hoje que estou algumas horas em casa, vou ficar com ele, não vou responder questionário nenhum”. Nesta classe, o questionário demorou muito tempo para ser aplicado, visto que as casas são distantes uma das outras e quase sempre estavam vazias – ou com domésticas que não respondiam os questionários.

A Classe B foi a mais receptiva, sempre havia alguém em casa pronto para receber. Foi o grupo em que a aplicação do questionário demorou menos tempo. As casas eram mais

numerosas em termos de população e também mais perto uma das outras em termos geográficos, o que facilitou a aplicação.

Algumas dificuldades de interpretação das perguntas foram bem recorrentes na aplicação do questionário na Classe C, vale salientar que as mesmas perguntas foram compreendidas na Classe A e B. Diante das dificuldades apresentadas nessas questões, elas foram modificadas para aplicação final do questionário. As questões que geraram dúvida foram:

- a) Questão 6 “Vê o lado positivo das coisas” – os entrevistados não conseguiram responder sem que fosse explicado de forma detalhada o que se estava pedindo. Não compreenderam o que é o lado positivo das coisas.
- b) Questão 8 “Você se sente otimista” – nota-se que a questão 8 é bem parecida com a questão 6, e nesta também os entrevistados tiveram dúvidas, não souberam dizer se são otimistas. Pela análise foi possível observar que o problema estava na palavra “otimismo” e seu significado desconhecido.
- c) Questão 23 “Consegue lidar com suas emoções” – nesta questão foi necessária a intervenção em vários entrevistados, uma vez que não compreenderam o que estava sendo pedido, contudo após uma segunda fala a resposta foi dada.
- d) Questão 40 “Adota a prática da coleta seletiva” – o problema estava no significado da palavra “coleta seletiva” muitos não sabiam o que era. Quando a pergunta era acrescentada de “você separa o seu lixo” automaticamente os entrevistados sabiam do que estava sendo tratado.
- e) Questão 42 “Ao comprar um produto, leva em consideração se a empresa é sustentável (possui selos de sustentabilidade ou desenvolve algum projeto social)” – esta pergunta gerou bastante conflito, visto que foi necessária a explicação de vários termos, como sustentabilidade e selo. Vários dos entrevistados não compreenderam o que venha a ser um selo de sustentabilidade, e por isso a questão era de difícil compreensão.
- f) Questão 49 “Considera-se bem remunerado” – esta questão, como grande parte das citadas acima, não houve compreensão direta do termo remuneração, sempre após um “Como assim?” era necessário lançar uma nova fala dizendo “Você ganha bem pelo seu trabalho?”, vale salientar que após esta fala todos responderam de forma rápida.

A amostragem para o estudo piloto, foi composta de 60 indivíduos de 3 classes sociais (A, B e C), sendo 20 de cada classe que foram selecionados de forma aleatória pelos pesquisadores no ato da coleta do questionário. Os entrevistados tinham entre 15 e 65 anos. O perfil dos entrevistados, assim como os resultados obtidos através da análise dos dados, encontram-se descritos a seguir. Após a realização dos questionários observou-se que a amostra distribuiu-se de acordo com o apresentado na Tabela 6:

Tabela 6 - Distribuição da amostra por sexo em Cruzeiro/SP¹⁰

Sexo	Percentual
Masculino	28,3%
Feminino	71,7%

Fonte: dados da pesquisa piloto.

Nota-se que grande parte do público da entrevista é feminino (71,7%), isto é justificável pelo fato de que em grande parte das residências o público era feminino. Durante a conversa de forma informal, questionando sobre o esposo e ou companheiro, a resposta quase que unânime, era que o mesmo estava trabalhando. Vale salientar, ainda que seja necessária uma proporção entre os sexos para que o índice tenha maior relevância. Na Tabela 7 se pode observar a faixa etária dos entrevistados e mais uma vez há necessidade de justificativa.

Tabela 7 - Distribuição etária na amostra em Cruzeiro/SP

Idade	Percentual
Até 20 anos	11,7%
De 21 a 30 anos	18,3%
De 31 a 40 anos	26,7%
De 41 a 50 anos	11,7%
Mais que 50 anos	31,6%

Fonte: dados da pesquisa piloto.

¹⁰ A amostra foi escolhida de forma aleatória sem determinação prévia de público masculino e público feminino, isso justifica um numero maior de público feminino para a referida amostra.

O maior número de entrevistados tinha mais de 50 anos de idade. Isso se justifica, em parte, porque eles eram mais fáceis de serem localizados em suas residências. Todavia, o número de entrevistados entre 21 a 40 anos se mantém razoável em termos de quantidade, havendo uma boa distribuição da população em sua faixa etária. Feita a análise da faixa etária, cabe uma observação ao nível de escolaridade dos entrevistados, que pode ser observado na Tabela 8:

Tabela 8 - Distribuição do nível de escolaridade na amostra em Cruzeiro/SP

Escolaridade	Percentual
Não Possui	0,0%
Fundamental Incompleto	28,3%
Fundamental Completo	10,0%
Médio Incompleto	3,33%
Médio Completo	28,3%
Superior Incompleto	11,7%
Superior Completo	15,0%
Pós-Graduação	3,33%

Fonte: dados da pesquisa piloto.

A maioria dos entrevistados está entre Fundamental Incompleto (28,3%) e Médio Completo (28,3%). Nota-se que são dois grandes extremos e os valores são facilmente identificados quando analisados os questionários.

Da aplicação do questionário seguiu-se uma análise das respostas e dos valores do FIB em duas etapas: uma primeira, de modo geral, na amostra para determinar os valores por pilar e total do FIB da amostra como um todo; depois, na segunda amostra, separaram-se os indivíduos por classe social e foram feitas as mesmas análises por pilar e do todo por classe para determinar se houve diferenças significativas nas respostas.

Os resultados dessas duas análises, apresentados na Tabela 9, indicam que não há diferenças significativas entre os resultados por classes.

Tabela 9 - Valores do FIB por pilar e total, para toda a amostra e para cada classe de Cruzeiro/SP

	A	B	C	Geral
Bem-estar psicológico	1,69	2,00	2,01	1,90
Saúde	2,17	2,30	2,52	2,33
Uso do tempo	2,47	2,16	2,48	2,37
Vitalidade comunitária	2,16	2,03	2,15	2,11
Educação	2,06	2,00	1,96	2,01
Cultura	2,07	2,12	2,59	2,26
Meio ambiente	2,61	2,46	2,10	2,39
Governança	2,35	2,35	2,41	2,37
Padrão de Vida	1,80	1,89	1,85	1,85
FIB TOTAL	2,15	2,14	2,23	2,17

Fonte: dados da pesquisa piloto.

Analisando esses resultados a partir da escala usada no questionário que continha valores de 1 a 4, sendo 1 a melhor resposta, conclui-se que valores mais próximos de 1 indicam maior nível de felicidade dos indivíduos. Logo o valor do FIB para a amostra completa indica que a população encontra-se moderadamente feliz. E quando analisadas as classes sociais, encontra-se um valor um pouco melhor do FIB para os indivíduos da classe B. O Teste “T” de diferença entre as médias, para uma significância de 5% não apresentou diferença significativa entre as classes sociais, portanto não se pode afirmar que há diferença no nível de felicidade dos indivíduos de acordo com a classe social. Vale salientar que esta afirmação categórica está relacionada ao número da amostra que foi de 60 questionários por classe, na estatística o número que se obtêm é tão bom quanto à amostra que se usa. Logo, espera-se que esta amostra seja melhorada com um número ainda mais significativo de pessoas entrevistadas – isso vai ao encontro com a resposta prévia da hipótese dada no início do trabalho.

A falta de significância na diferença entre as médias da amostra indica a independência do nível do FIB com a condição social e material da pessoa, já que indivíduos das diversas classes apresentam índices similares em média, esse resultado também reforça a independência da felicidade às condições sociais e materiais e que a felicidade como

sentimento não está relacionada ao poder aquisitivo de um indivíduo e sim à percepção do mesmo em relação às condições da vida que ele leva. Sendo assim, se as condições de vida são percebidas e consideradas “boas” o índice FIB será bom. Não se diz que o mesmo é inválido e ou inútil, se diz que o mesmo pode ser usado como complemento para a percepção de problemas existentes e ou possíveis e com isso na elaboração de políticas públicas.

A partir da pesquisa piloto o FIB apresentou-se como bom complemento as análises mais voltadas à capacidade de compra do PIB e as análises mais voltadas ao acesso a serviços e questões de desenvolvimento humano do IDH. A soma dos três indicadores projetaria um quadro mais completo da situação do indivíduo tanto do ponto de vista econômico e social, como do seu próprio ponto de vista, facilitando a discussão do que deve ser priorizado em termos de investimento, para determinadas populações.

Resta ainda salientar que os dados e resultados apresentados até o momento são frutos de uma pesquisa piloto e que podem ser reforçados ou questionados na pesquisa da amostra total dos indivíduos da cidade que conterà um número maior de entrevistas e poderá trazer novas informações a respeito da felicidade da população local. Espera-se, no entanto, que os resultados da pesquisa com a amostra total da cidade dividida entre as classes reforcem os resultados obtidos até o momento e propiciem uma discussão mais segura em relação à utilização do FIB como indicador.

ANEXO C

Prefeitura de Lorena

Secretaria de finanças/tributação
Rua Capitão Messias Ribeiro, 625, Olaria
Lorena – São Paulo

Lorena, 23 de Junho de 2014.

A Sua Excelência o Senhor;
Fábio Marcondes

Especificamente à secretaria de finanças/tributação
Lorena – São Paulo - SP

Caro Senhor Prefeito;

Venho respeitosamente através deste ofício solicitar que a 'secretaria de tributação' da prefeitura da cidade forneça os seguintes dados para fins de pesquisa na cidade:

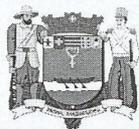
Como pesquisador no âmbito do programa de mestrado em "Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade" da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), preciso da estratificação social da cidade de Lorena em bairros, a saber, divididos em classes A, B e C. Saliento que estes dados já foram buscados junto ao IBGE e sem sucesso recorro à prefeitura.

Já em contato com a secretaria de 'obras e planejamento' e a 'secretaria de desenvolvimento econômico', dirijo-me a 'secretaria de finanças' da cidade, que por sua vez forneceu alguns bairros como ponto de partida, com isso, preciso da confirmação dos mesmos de forma formal e documental para que possa constar nos documentos da dissertação e para que a pesquisa possa ser continuada.

Trata-se de uma pesquisa em "Felicidade" saliento que os dados poderão ser acessados pela prefeitura e divulgados para a população – trata-se ainda de saber o quão feliz uma cidade está. Acredito que o interesse seja de ambos.

Desde já grato pela atenção, encerra-se este ofício.

Alberto Luiz Barboza Neto
Pesquisador UNIFEI – DTecS

ANEXO D**P R E F E I T U R A**
Lorena
SECRETARIA DE FINANÇAS**Tributação****Av. Cap. Messias Ribeiro, 625 - CEP 12.607-020 - LORENA - SP****Tel: (12) 3185-3000**

Em atendimento ao solicitado pelo Sr. Alberto Luiz Barbosa Neto, através de requerimento protocolizado sob nº 4181/2014, onde foi solicitado informação quanto aos valores do metro quadrado dos terrenos, aplicados nesta cidade, para tributação do Imposto Predial Territorial Urbanos, **Declaramos**, que a Planta de Valores é o preço básico, para efeito da apuração do valor venal dos imóveis sujeitos ao IPTU, a Planta é constituída na divisão do mapa urbano da cidade em 61 (sessenta e um) setores e cada setor possui um valor específico para o metro quadrado.

Os 61 (sessenta e um) setores compreendem o (Setor 01, centro da cidade), que possui o maior valor do m² (R\$205,84), ao (Setor 61, Ponte Nova, Vila Cristina) que possui o menor valor do m² (R\$11,92).

Considerando os bairros do município, o que possui um dos maiores valores e o loteamento Vila Celeste (Setor 37) atribuindo o valor do m² de (R\$91,77), em média os bairros é atribuído o valor do m² de (R\$52,90), e o de menor valor do m² é o (Setor 61, Ponte Nova, Vila Cristina) que possui o valor de (R\$11,92).

Declaro que as informações contidas nesta Declaração foram conferidas por mim.

Cirilo Honório Gonçalves
Chefe de Setor
Mat. nº 3647

Para o devido efeito, expediu-se a presente Declaração.



P. M. de Lorena, 03 de julho de 2014.

DANIEL SACILOTTI MALERBA
Subsecretaria de Tributação

ANEXO E



PREFEITURA
Lorena
SECRETARIA DE FINANÇAS

Tributação

Av. Cap. Messias Ribeiro, 625 - CEP 12.607-020 - LORENA - SP
Tel: (12) 3185-3000

Conforme solicitado no prot. 4181/2014 pelo Sr. Alberto Luiz segue a lista dos bairros da cidade de Lorena, separando-os por Zona Urbana e Zona Rural, por não sermos um setor de pesquisa de dados não é possível informar as devidas classes por ele solicitada.

Zona Urbana

- ✓ JARDIM NOVO HORIZONTE
- ✓ PARQUE TABATINGA
- ✓ JARDIM AUGUSTA
- ✓ CABELINHA
- ✓ VILA SANTA MARIA
- ✓ PONTE NOVA
- ✓ VILA ESPERANÇA
- ✓ VILA COMERCÍARIOS 1
- ✓ V. DAS PALMEIRAS
- ✓ SANTA LUCRÉCIA
- ✓ SANTANA
- ✓ PORTO DE MEIRA
- ✓ VILA DOM BOSCO
- ✓ VILA DO YPÊ
- ✓ OLARIA
- ✓ CECAP
- ✓ JARDIM MARGARIDA
- ✓ VILA MILITAR
- ✓ HORTO FLORESTAL
- ✓ VILA ISABEL
- ✓ PARQUE MONDESIR
- ✓ VILLAGE LORENA
- ✓ GRANJA SÃO CRISTÓVÃO
- ✓ VILA SALOMÃO
- ✓ SANTO ANTONIO
- ✓ VILA ROSA
- ✓ SÃO ROQUE
- ✓ VILA CRISTINA
- ✓ JARDIM PRIMAVERA
- ✓ VILA RICA
- ✓ VILA ZÉLIA
- ✓ VILA BRITO

ANEXO F



Tributação
Av. Cap. Messias Ribeiro, 625 - CEP 12.607-020 - LORENA - SP
Tel: (12) 3185-3000

- ✓ SANTA EDWIGES
- ✓ NOVA LORENA
- ✓ PARQUE RODOVIAS
- ✓ VILA NOVA LORENA
- ✓ VILA NUNES
- ✓ BAIRRO DA CRUZ
- ✓ CENTRO
- ✓ VILA SACIOTTI
- ✓ CIDADE INDUSTRIAL
- ✓ VILA GENY
- ✓ VILA MARIA DE LOURDES
- ✓ NOVA LORENA
- ✓ VILA HEPACARÉ
- ✓ VILA DIVA
- ✓ VILA IDA – SÃO PAULO
- ✓ VILA APARECIDA
- ✓ VILA NORMÂNDIA
- ✓ VILA CIDA
- ✓ VILA PASSOS
- ✓ VILA CELESTE

Zona Rural

- ✓ DAS POSSES
- ✓ CANINHAS
- ✓ ATERRADO
- ✓ SANTA LUZIA
- ✓ JARDIM ANGELINA
- ✓ CAMPINHO
- ✓ VASSOURAL
- ✓ BARREIROS
- ✓ SÃO JOÃO
- ✓ PINHALZINHO
- ✓ QUATINGA
- ✓ 3 BARRAS

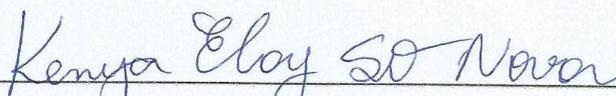
ANEXO G**SECRETARIA DE FINANÇAS**

Tributação

Av. Cap. Messias Ribeiro, 625 - CEP 12.607-020 - LORENA - SP
Tel: (12) 3185-3000

- ✓ FIGUEIREDO
- ✓ SÃO MIGUEL
- ✓ CANTAGALO
- ✓ SITIO FELICIDADE
- ✓ BATADOURO
- ✓ RONCO
- ✓ PINHAL NOVO
- ✓ SERTÃOZONHO
- ✓ BONITO
- ✓ SERTÃO VELHO

LORENA. 02 de Julho de 2014.



Kenya Eloy dos Santos Vila Nova
Tecnico Executivo IV

De Acordo:



Daniel Sacilotti Malerba
Subsecretaria de Tributação